



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**CAMPUS DE TRÊS LAGOAS**

**AMANDA CASSIA PEREIRA FROTA GARCIA**

**A FUNÇÃO SOCIAL DA CRECHE NA VISÃO DE FAMÍLIAS DO**  
**MUNICÍPIO DE INOCÊNCIA-MS.**

Três Lagoas-MS

2024

AMANDA CASSIA PEREIRA FROTA GARCIA

**A FUNÇÃO SOCIAL DA CRECHE NA VISÃO DE FAMÍLIAS DO  
MUNICÍPIO DE INOCÊNCIA-MS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, curso de Mestrado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Sílvia Adriana Rodrigues

Três Lagoas-MS

2024

## AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é a Deus por todo feito em minha vida, o que não posso deixar de considerar que acredito e confio em todos os planos e propósito ocorridos até o momento.

À orientadora, professora Dra. Sílvia Adriana Rodrigues, pela sensibilidade, competência e sabedoria ao longo de toda a orientação e, em especial, por acreditar e resistir aos desafios da pesquisa. Agradeço a paciência ao me ensinar e pelo privilégio desse convívio que me trouxe impactos importantes para minha vida profissional e pessoal, com créditos para mudanças como mãe e educadora.

À toda equipe da Secretaria Municipal de Educação/SEMED, pela confiança e paciência ao conceder esta primeira pesquisa na única creche do município.

À professora Cleumair Freitas dos Santos Almeida, que atuou com a Secretaria de Educação, que autorizou o acesso às documentações necessárias para pesquisa.

Aos pais que aceitaram e colaboraram com minha pesquisa.

À minha mamãe Ana Pereira da Costa Frota (In memoriam), que mesmo sem estudos, nunca mediu esforços para que tivéssemos oportunidades de estudar, desenvolvendo, assim, o apreço pelo conhecimento e fomentando em mim a vontade de ser uma boa profissional.

Ao meu esposo amado Carlos Uilson de Freitas Garcia, que se esforçou para entender os adiamentos, ausências e imersões ao longo da construção desta pesquisa.

Aos meus filhos queridos e amados Guilherme Frota Garcia e Daniel Frota Garcia, que propuseram compreender após tantas explicações a minha ausência necessária para momentos de estudos e que com seus olhinhos de carinho me permitiram olhar para a infância com a importância que ela merece e me motiva continuar firme nesse propósito.

A minha querida sogra e amiga Divanda Nunes de Freitas Garcia, que auxiliou cuidando dos meus filhos em períodos que eu necessitava de isolamento para estudos.

Ao meu pai Ovídio Oneci Frota e sua atual companheira Aparecida, que auxiliaram cuidando dos meus filhos em períodos que eu necessitava de isolamento para estudos.

À minha amiga Andreza Pereira, que semeou em meu coração o desejo de cursar o mestrado na UFMS.

Nessa mesma inspiração, não poderia deixar de mencionar meu irmão mais velho Oleci Pereira Frota, que me inspira como pessoa profissional de excelência que é, e meu irmão caçula

Thiago Pereira Frota, mesmo distante não deixou de me apoiar e torcer por cada uma dessas conquistas.

Aos professores do PPGE/UFMS, pelas contribuições diretas e indiretas.

## RESUMO

A presente pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus de Três Lagoas-MS, especificamente a Linha de Pesquisa: Educação, Infâncias e Diversidades, tendo como objeto desvelar o entendimento de responsáveis/familiares sobre a função social da creche. O estudo realizado junto ao CEINF – Margarida Tomázia de Paula – Vó Nona, única creche do município Inocência-MS, parte da hipótese de que a população que busca a creche do município não tem clareza da real função social dessa instituição. Assim, tem por objetivo geral compreender qual é o entendimento que a população do município –especificamente pais/mães ou responsáveis pelas crianças atendidas pela creche – tem sobre sua função social. Adota ainda como objetivos específicos: (a) Conhecer o perfil socioeconômico da comunidade atendida; (b) Conhecer o entendimento dos pais/mães e/ou responsáveis sobre qual é o trabalho a ser oferecido pela creche; (c) Verificar como os pais/mães e/ou responsáveis avaliam o trabalho da creche; e (d) Refletir sobre os possíveis direcionamentos que oportunizem que comunidade em geral compreenda a atual função social da creche e, conseqüentemente, desenvolva a sua função de forma produtiva e satisfatória. A pesquisa, de caráter qualitativo, teve início com a busca dos documentos regulatórios da única creche do município de Inocência-MS. A segunda etapa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com pais/mães de diferentes níveis de escolaridade. A análise dos dados, realizada com inspiração na técnica de análise de conteúdos da vertente francesa, apontou que há diferentes entendimentos sobre a função social da creche, com destaque para a compreensão de que a creche tem função assistencialista: de guardar as crianças enquanto os pais saem para trabalhar. Não houve nenhuma indicação da creche como sendo um direito da criança. Percebemos que há uma necessidade de ampliar o entendimento de que a creche é primariamente um direito de todas as crianças e tem um papel de fundamental importância para a formação humana e, especificamente, para o desenvolvimento infantil, pois é uma das instituições que desenvolvem um papel significativo no acolhimento e na educação das crianças, se configurando como espaço de socialização e aprendizagens qualificadas.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; função social da creche; cuidar e educar.

## ABSTRACT

This research is linked to the Graduate Program in Education of the Federal University of Mato Grosso do Sul – UFMS, Três Lagoas-MS Campus, specifically the Research Line: Education, Childhood and Diversity, with the aim of unveiling the understanding of guardians/families about the social function of daycare. The study held at CEINF – Margarida Tomázia de Paula – Vó Nona, the only daycare center in the town of Inocência-MS, is based on the hypothesis that the population seeking daycare in the town is unclear about the real social function of this institution. Therefore, the overall goal of this study is to understand what the population of the town – specifically parents or guardians of the children served by the daycare staff – thinks about its social function. It also has the following specific goals: (a) To get to know the socioeconomic profile of the community served; (b) To get to know the parents’ and/or guardians’ understanding of the work being offered by the daycare center; (c) To check how the parents and/or guardians evaluate the work of the daycare center; and (d) To reflect on possible directions that will enable the community in general to understand the current social function of the daycare center and, consequently, to develop its function in a productive and satisfactory way. The qualitative research began with a search for the regulatory documents of the only daycare center in the town of Inocência-MS. The second stage consisted of semi-structured interviews with parents of different educational levels. The analysis of the data, based on the French content analysis technique, showed that there are different understandings of the social function of daycare centers, with emphasis on the understanding that daycare centers have a welfare function: to look after children while their parents go out to work. There was no mention of daycare as being a child’s right. One can see that there is a need to broaden the understanding that daycare is primarily a right for all children and plays a fundamentally important role in human formation and, specifically, in child development, since it is one of the institutions that plays a significant role in terms of welcoming and educating children, becoming a space for socialization and qualified learning.

**Keywords:** Early childhood education; social function of daycare; caring for and educating.

## **LISTA DE SIGLAS**

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CEINF- Centro de Educação Infantil

CF- Constituição Federal

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho Nacional

DCNEI- Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Infantil

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB- Lei De Diretrizes e Bases

MEC- Ministério da Educação e Cultura

PNE-Plano Nacional de Educação

PNEI -Plano Nacional de Educação Infantil

PPP- Projeto Político Pedagógico

RCNEI – Referenciais Curriculares Nacionais de Educação Infantil

SEMED- Secretaria Municipal de educação

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## **LISTA DE IMAGENS**

Imagem01: Representativo dos princípios básicos com os direitos de aprendizagem.

Imagem 02- Foto da cidade de Inocência localizada no estado de Mato Grosso do Sul.

Imagem 03: Foto da fachada da instituição

Imagem 04: Bilhete enviado as famílias em busca de dados sobre a escolaridade.

Imagem 05: Representativo das respostas dadas sobre o porquê a creche é importante para sociedade.

Imagem 06: Razões para a satisfação com o trabalho da creche.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01: Quantitativo de participantes por escolaridade.

Tabela 02: Dados referente ao perfil do corpo docente da creche.

Tabela 03: Dados anuais de matrículas.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Quantitativo de Teses e Dissertações encontradas por palavras-chave.

Quadro 2: Dados gerais dos trabalhos selecionados.

Quadro 3: Escolaridade dos colaboradores da pesquisa.

Quadro 4: Faixa etária dos colaboradores da pesquisa.

Quadro 5: Ocupação dos colaboradores da pesquisa.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01: Dados acerca do número de crianças matriculadas no CEINF.

Gráfico02: Dados acerca de como se configura a escolarização dos responsáveis.

Gráfico 03: O entendimento da importância da creche para sociedade.

Gráfico 04: Entendimento sobre a função da creche.

Gráfico 05: Satisfação com o trabalho da creche.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	06
1.1 Dados da revisão bibliográfica .....	08
<b>2. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS E DO ATENDIMENTO DA CRIANÇA NO CONTEXTO BRASILEIRO</b> .....	13
2.1 História dos direitos da criança.....	13
2.2 História do atendimento da criança.....	18
<b>3. A FUNÇÃO DA CRECHE NO BRASIL</b> .....	29
<b>4. RECORTES METODOLÓGICOS</b> .....	42
<b>5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS</b> .....	46
5.1 A Creche do município de Inocência-MS (CEINF Margarida Tomázia de Paula-Vó Nona).....	48
5.2 Dados da entrevista .....	55
5.2.1 Os colaboradores da pesquisa .....	55
5.2.2 Desvelando os entendimentos sobre a creche .....	57
5.2.2.1 A importância da creche na voz dos responsáveis pelas crianças .....	57
5.2.2.2 A função da creche nos dizeres dos responsáveis .....	62
5.2.2.3 Grau de satisfação com o atendimento da creche.....	72
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	76
<b>7 REFERÊNCIAS</b> .....	79
<b>APÊNDICES</b> .....	81
<b>ANEXOS</b> .....	83



## INTRODUÇÃO

As instituições de Educação Infantil, especificamente, a creche, são organizadas para atender crianças de zero a três anos. Conforme indicado em diversos documentos legais, evidencia-se a Constituição Federal de 1988 (CF) como sendo o primeiro documento oficial a reconhecer a educação infantil como direito da criança e, com passar dos anos e a partir dela outros foram criados, e para reforçar e definir esse preceito foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que regulamenta artigos que explicitam exigências legais quanto ao direito da criança.

Pouco mais tarde, tem-se a Lei De Diretrizes e Bases – LDB 9.394/96 que define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição, incluindo efetivamente a educação infantil ao sistema educacional brasileiro como primeira etapa da educação básica. A partir deste documento a creche e pré-escola têm legalmente a função de educação e cuidados com as crianças inseridas nessa etapa.

Firmando o cuidado e educação, o Referencial Curricular Nacional pra Educação Infantil – RCNEI traz um conjunto de referências e orientações pedagógicas para contribuir com as práticas educativas de qualidade. Ele tem função de contribuir com as políticas e programas de educação infantil socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais.

Para orientar como devem ser realizadas as atividades permanentes e essenciais no atendimento à educação infantil, têm-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil - DCNEI, que consideram a criança como um sujeito histórico. Este documento se torna o centro do planejamento curricular visando práticas pedagógicas que impulsionam o desenvolvimento infantil. Para garantir o acesso à educação, o Plano Nacional de Educação - PNE estabelece diretrizes e metas para a política educacional no Brasil em um período de dez anos, sendo o último feito para um período de 2014 a 2024.

Esses documentos são importantes para evidenciar o direito da criança a ter acesso a instituições de educação infantil como a creche, que têm um papel de fundamental importância para a formação humana, em específico, para o desenvolvimento infantil. Essas instituições desenvolvem um papel significativo no acolhimento e educação das crianças, pois são espaços de socialização e aprendizagens qualificadas. Na creche, as rotinas desenvolvidas têm o objetivo de atender às necessidades e potencializar as capacidades das crianças ao longo do processo de socialização que fomenta aprendizagens e desenvolvimento.

Essas instituições educativas permitem que as crianças vivam múltiplas experiências, pois constituem ambientes favorecedores de convívios sociais ampliados que possibilitam sensações, sentimentos e emoções vivenciadas fora do convívio da família, proporcionando aprendizado ao lidar com os conflitos e as contradições próprias da infância. Portanto, a vivência na creche garante que as crianças, na convivência com outras, possam construir habilidades estabelecendo relações culturais diversas que possibilitam desenvolver todas as suas capacidades linguísticas, emocionais e afetivas.

É importante salientar que o ambiente da creche é diferente da dinâmica da família. Nas relações familiares, os relacionamentos e os cuidados com as crianças são feitos sempre pelas mesmas pessoas, os ambientes são geralmente os mesmos. Já no ambiente da creche, as crianças brincam e interagem com outras da mesma idade e de idades diferentes, entrando em contato com outras culturas, o que contribui para diversas aprendizagens e experiências afetivas. Na creche, os ambientes e rotinas são intencionalmente planejados para atender às necessidades físicas e educacionais da criança, potencializando seu desenvolvimento.

As ações realizadas na creche não são intuitivas, ali se tem uma prática pedagógica fundamentada. Todas as suas ações têm intenções que englobam a transmissão de conhecimentos, cultura, valores e regras sociais e educacionais, por isso a demanda de uma ação profissional capacitada para que se estabeleçam relações de cuidar e educar no ambiente escolar. Cabe destacar que, embora as ações da creche sejam diferentes das da família, esta é complementar, já que nesses locais apesar das crianças serem cuidadas, alimentadas e higienizadas como no ambiente familiar, esta é feita de forma intencionalmente pedagógica, planejada de forma educativa com caráter formal.

No que diz respeito ao atendimento na educação infantil, a pesquisa aborda o contexto do município Inocência, localizado no interior do estado do Mato Grosso do Sul, onde é oferecida uma única escola municipal para as crianças de quatro e cinco anos da cidade, matriculadas no Pré I e II da educação infantil e também uma única creche municipal denominada CEINF Margarida Tomázia de Paula- Vó Nona, a qual atende crianças com idade de seis meses até quatro anos.

A referida creche, que é o foco da pesquisa, apresenta a realidade de crianças cujos pais precisam deixar seus filhos o dia todo na instituição para irem trabalhar; alguns dos pequenos chegam a ficar dez horas do seu dia com as profissionais e estas, na maioria das vezes, procuram atender aos anseios da família, assumindo cuidados que não lhes competem, como, por exemplo, avaliar a necessidade da criança receber roupas e sapatos, buscando apoio dentro e fora da comunidade escolar, também medicando e até levando à consultas médicas.

As informações que trago advém da minha vivência pelo fato de que sou moradora do município em questão, servidora pública municipal, atualmente membro da equipe técnica do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação. Reforço que esse olhar foi sendo construído na minha experiência como professora da instituição, num período de quatro anos com turmas de crianças entre três a quatro anos do maternal II e como coordenadora pedagógica da creche citada por um ano e meio, antes de ser removida para a Secretaria de Educação. No período em que me foi oportunizado estar envolvida na relação família – escola, percebi que as famílias trabalhadoras, por muitas vezes, reivindicam apenas cuidados básicos de saúde e higiene, e pareciam desconhecer a função social mais ampla da creche.

A partir de leituras sobre os fundamentos da educação confrontadas com minha experiência profissional, compreendo que a creche não é só um lugar de cuidar, sua função social vai muito além do assistencialismo que visa garantir a oferta de alimentação, saúde e segurança. Ela tem função educativa, envolvendo ainda a socialização, oportunidades de aprendizagens diversas e o desenvolvimento infantil integral.

Diante do problema indicado, surge o seguinte questionamento: “No município de Inocência, os pais dos atendidos na instituição creche têm qual percepção de sua função social?”.

Para responder à questão levantada, tem-se como objetivo geral compreender qual entendimento os pais/mães e/ou responsáveis pelas crianças atendidas na creche do município de Inocência-MS têm sobre a sua função social e ainda como objetivos específicos:

- Conhecer o perfil socioeconômico da comunidade atendida;
- Conhecer o entendimento dos pais e/ou responsáveis sobre qual o trabalho será oferecido na creche;
- Verificar como os e/ou responsáveis avaliam o trabalho da creche;
- Refletir sobre os possíveis direcionamentos que oportunizem a comunidade em geral a compreender a função social da creche estabelecida nos documentos oficiais normativos.

Com tais propósitos, a pesquisa, de caráter qualitativo, além de fazer análise dos documentos que orientam o funcionamento do CEINF Margarida Tomázia de Paula - Vó Nona, também ouviu pais/mães e/ou responsáveis (no total de 30), por meio de entrevista semiestruturadas. Cabe ainda indicar que, para subsidiar a discussão, ainda foi realizada a revisão bibliográfica do tema, que será apresentada a seguir.

## **1.2 Dados da revisão bibliográfica**

O trabalho de revisão bibliográfica<sup>1</sup> buscou procurar teses e dissertações que discutem o objeto função social da creche. Ele foi realizado via internet através da consulta ao banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Buscou-se trabalhos relevantes que poderiam servir de alicerce para nossa investigação. Adotou-se como critério de busca o recorte temporal do período de 2013 a 2023 para pesquisas realizadas em Programas de Pós-Graduação em Educação.

Utilizou-se a opção Busca Avançada, com os descritores (sozinhos e cruzados). Nas buscas, encontrou-se um total de 1.655 trabalhos, cujo resultado por descritores é apresentado no Quadro a seguir:

Quadro 1 - Quantitativo de Teses e Dissertações encontradas por palavras-chave.

<b>Descritores</b>	<b>Teses</b>	<b>Dissertações</b>	<b>Total</b>
Educação Infantil/Função social	68	173	241
Creche	302	789	1.091
Creche/Função social	09	22	31
“Educação de 0 a 3 anos”	62	182	244
“Educação de 0 a 3 anos”/“Família”	8	17	25
“Função Social”/“ Cuidar e educar”	02	01	03
Família/Função social/Creche	07	13	20
<b>TOTAL</b>	<b>458</b>	<b>1.197</b>	<b>1.655</b>

Fonte: produzido pela autora com base nos dados levantados na BDTD (2023).

De posse dos dados quantitativos, iniciou-se a segunda etapa da tarefa, em que foi realizada a seleção a partir da leitura atenta dos títulos e resumos dos trabalhos encontrados, com intuito encontrar os que abordassem a creche e o entendimento das famílias sobre sua função.

Nesta etapa, notou-se diferentes focos dos estudos em relação à creche: gestão, políticas, educação sexista, currículos, história, práticas, infraestrutura das instituições, perfil profissional, perfil do público atendido, espaços, formação de professores, pedagogia do

---

<sup>1</sup> Para o trabalho de revisão bibliográfica foi realizadas busca via internet no site <https://bdtd.ibict.br/vufind/> com acesso no período de 01 de setembro de 2023 á 16 de dezembro.

brincar, vivências, relação família e escola, relações interpessoais entre criança, dizeres das crianças, literatura, diversidade, fazeres pedagógicos, entre outros.

Esta seleção possibilitou identificar títulos que se repetiam e os que não tinham relação direta com a temática de interesse, sendo excluídos 1.615 trabalhos, restando um total de 40 discussões selecionadas.

Prosseguindo no tratamento dos dados encontrados, realizou-se uma nova leitura dos resumos de forma ainda mais atenta, na qual se buscou selecionar trabalhos que tivessem como proposta metodológica escutar a família, fase que possibilitou identificar que, dentre as 40 discussões selecionadas inicialmente, a maioria não atendia esse critério, o que resultou em mais 14 exclusões.

Assim, selecionou-se 26 trabalhos que atendiam todos os critérios definidos, ou seja, discutir a função da creche a partir da escuta das famílias envolvidas, cujos dados principais são apresentados no quadro 2.

Quadro 2: Dados gerais dos trabalhos selecionados.

<b>Títulos dos trabalhos</b>	<b>Autor(a)</b>	<b>Ano</b>	<b>Instituição</b>
Família e educação infantil: relações interdependentes	Claudemir Dantes da Silva	2015	UFGD
A tecnologia digital na integração creche-família	Michele Cristina Fonseca Antunes	2017	USP.
A relação família-creche no programa Primeira Infância Completa	Alessandra Maria Savaget Barreiros e Lima de Almeida	2014	UERJ
Obrigatoriedade da educação infantil a partir de quatro anos de idade: percepções de educadores e familiares	Rafaela Marchetti,	2015	UFSCAR
A complementaridade creche-família: retratos de uma creche pública municipal	Claudia Cristina Garcia Piffer	2017	UNESP
Que creche eu quero para o meu filho?	Yvonne Archanjo Massucate Barbosa	2014	UFJF
Creche: do direito à educação à judicialização da vaga	Maria José Poloni	2017	UNINOVE
Família e educadores da infância: um diálogo possível	Flávia Maria Cabral de Almeida	2013	UERJ
Falta de vagas e judicialização na creche: consequências, limites e possibilidades	Carmelita Coppola Meningue	2020	UNINOVE
Educação de 0 a 3 anos: a qualidade na perspectiva das famílias de uma creche conveniada	Zenaide de Sousa Machado	2015	UFSC
Expectativas de famílias das classes populares sobre o direito à Educação Infantil em uma creche de favela	Carolina Silva de Alencar	2019	UERJ
Da família à creche: narrativas de mães sobre processos de transição de seus bebês.	Marina Ribeiro da Cunha Fernandes	2014	UNB

Concepções de criança, desenvolvimento e educação infantil: uma análise interpretativa de familiares e profissionais de creches	Karla Cabral Barroca	2016	UFRPE
Educação infantil de 0 a 3 anos: um estudo sobre demanda e qualidade na região de Guaianazes, São Paulo	Maria Aparecida Antero Correia	2013	USP
Construindo vínculos e compartilhando experiências: educação infantil de zero a três anos e o trabalho com as famílias	Gabriela Novaes	2018	PUCSP
Políticas de currículo: relação família e escola nos textos políticos para Educação Infantil	Amanda Leal Coutinho	2017	UERJ
Entre tensões e proposições: a relação família e creche	Sorrana Penha Paz Landim	2020	UNESP
Da família à creche: narrativas de mães sobre processos de transição de seus bebês	Marina Ribeiro da Cunha Fernandes	2014	UNB
Famílias, Relações Intergeracionais E De Gênero: Práticas Compartilhadas De Educação E Cuidado De Crianças Pequenas	Ana Paula Pereira Gomes	2017	UNIFESP
Entre tempos, contratempos e passatempos: educação infantil em jornada de tempo integral	Viviane Menezes Sabatini	2021	UFSCAR
A educação de bebês e crianças pequenas no contexto da creche: uma análise da produção científica recente	Fernanda Gonçalves	2014	UFSC
Gestão na educação infantil: um estudo em duas creches do interior paulista	Marcella Paluan	2016	USP
O processo de adaptação das crianças na educação infantil: os desafios das famílias e dos educadores da infância	Suélen Cristiane Marcos Oliveira	2018	UNICEPLAC
Projeto amigos da natureza: uma relação entre creche e comunidade no município de Santo André/SP	Talita Penelope Rodrigues da Silva	2017	UNINOVE
Educação escolar na primeira infância: percepções e concepções de mães e professoras.	Regiane de Fátima Teodoro	2017	UFOP
Ambientes para a Educação Infantil: o Proinfância em Quatis	Andréa Relva da Fonte Gonçalves Endlich	2017	UERJ

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados levantados (2023).

Ao se analisar estas 26 pesquisas que envolvem a escuta de famílias sobre o ambiente creche, percebeu-se discussões com apontamentos referentes a: o que as motiva; o que esperam; expectativas em relação ao direito da educação infantil; construção da relação creche e família; formas de participar da gestão escolar; educação infantil como complementaridade a família; relação família e creche do ponto de vista legal e teórico, entre outros.

Nessa fase de análise das discussões, foi possível perceber que não havia trabalhos que discutissem diretamente a temática função social da creche no entendimento dos pais/mães ou responsáveis, mas, de forma indireta, os trabalhos selecionados dialogam com o objeto de

estudo, quer seja por ouvir as famílias envolvidas no contexto da creche ou por discutir sobre a função social dela, ainda que este não seja o foco.

Dentre as investigações apresentadas no quadro 2, cabe destacar uma tese bastante parecida com a presente proposta de pesquisa. Trata-se do trabalho intitulado: “Educação de 0 a 3 anos: a qualidade na perspectiva das famílias de uma Creche Conveniada”, de Zenaide de Souza Machado, defendida no ano de 2015. Com metodologia descrita como estudo de caso, teve como objetivo perscrutar o conceito de qualidade no atendimento às crianças de zero a três anos, sob a perspectiva das famílias frequentadoras de uma creche conveniada da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

O trabalho de Machado (2015) ouviu pais de crianças na idade de dois a três anos, que estavam matriculadas no G1 e G2 e ainda as professoras atuantes nesses grupos, usando questionário. A autora partiu do pressuposto de que o entendimento das famílias sobre a função da creche ampara como avaliam a qualidade e o trabalho oferecido por ela.

Tendo em vista o objetivo da pesquisa mencionada, é importante apontar que esta proposta de investigação se diferencia por ter como objetivo desvelar como as famílias entendem a função social da creche de forma geral, sem tocar nas questões da qualidade do atendimento. Além disso, ouviu-se famílias que têm crianças matriculadas na creche (pais/mães ou responsáveis de diferentes níveis de escolarização), por meio de entrevistas, no município de Inocência-MS.

Ressalta-se a relevância da presente pesquisa em contexto ainda não investigado, pois tem um potencial de contribuir com novas discussões e práticas da creche tanto no município em questão como em outros, assim como no campo de políticas públicas para a educação infantil.

Assim, o texto está organizado em seis seções (incluindo esta apresentação). A seguir, na segunda seção, tem-se a apresentação da história dos direitos da criança e do atendimento em creche, o que permitiu entender como estas heranças históricas ainda estão presentes nos dias atuais, principalmente quando relacionadas às formas de atendimento em creche.

Na terceira seção, discutiu-se a função social da creche com base principalmente no documento legal Critérios para Atendimento em Creche que Respeite os Direitos da Criança e outros. Na quarta seção, estão os recortes metodológicos da pesquisa; na quinta, os dados obtidos e algumas reflexões; e, por fim, as últimas considerações possíveis.

## **2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS E ATENDIMENTO DA CRIANÇA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Para compreender a situação da educação infantil nos dias atuais, precisa-se entender antes os conceitos que a embasam, quer seja: de criança, infância, os quais vão determinar as formas de atendimento deste público. Este movimento também permite compreender a construção histórica destes conceitos, possibilitando entender algumas questões presentes atualmente, sendo este o objetivo desta seção.

### **2.1 Breve percurso histórico sobre a concepção de criança e o surgimento das creches**

Considerando que a temática da presente pesquisa é a função social da creche, ressalta-se a importância de compreender como ao longo da história a ideia de qual a função social tem a creche foi sendo construída e ainda como o público dessa instituição - que são as crianças - vêm sendo pensado e tratado pela sociedade.

Faz-se necessário salientar que, quando falam dos conceitos infância e criança, apesar de alguns autores utilizarem essas palavras como sinônimos, optou-se por considerar a visão de Kramer (2006 p. 272) de que a criança - é a pessoa pequena de pouca idade, compreendida também como “[...] cidadãs, pessoas que produzem cultura e são nela produzidas, que possuem um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas subvertendo essa ordem”; e a infância - seria os modos de ser e de estar da criança em diferentes contextos.

Ainda como afirma Kramer (2006 p.13): “[...] a infância é entendida como período da história de cada um, que se estende na nossa sociedade, do nascimento até aproximadamente dez anos de idade”, mas cabe destacar que, na legislação brasileira, de acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente: “Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos” (Brasil, 1999). Para firmar a compreensão, Heywood (2004) diferencia criança e infância mencionando a infância ser uma determinada etapa da vida, diferentemente de criança, que é o grupo de pessoas pertencentes a essa etapa (p.22).

No que diz respeito à criança, cabe afirmar que ela sempre existiu, mas ao explorar sua história, averiguou-se que durante muito tempo não foi notada, não sendo percebida como diferente dos adultos. Partindo de reflexões trazidas pelo historiador Philippe Ariès (1960) de que, no século XII, não se tinha uma percepção de criança e infância, o autor constrói sua teoria a partir do que ele busca historicamente examinar nas imagens, esculturas, entre outros. Ariès (1981) reforça que tal desconsideração com a infância não fora por incompetência ou falta de

habilidade dos artistas da época, e sim pelo fato das crianças não terem uma identidade que requeresse atenção ou que simplesmente não havia quaisquer preocupações nesse período.

Nota-se que as crianças não eram consideradas diferentes dos adultos, requerendo cuidados específicos por parte da sociedade, e os índices de mortalidade infantil eram muito altos, decorrentes das condições gerais de higiene e saúde que eram muito precárias, como explica Heywood (2004, p. 87, grifo no original):

Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade.

As crianças que conseguiam superar essa fase da vida eram inseridas na sociedade não possuindo identidade própria, só eram reconhecidas quando conseguissem fazer coisas como os adultos os quais se relacionavam. Elas eram consideradas adultos em miniatura, inseridas no meio dos adultos, trabalhando, comendo, dormindo e se divertindo nesse contexto de vida adulta. Adultos e crianças frequentavam os mesmos lugares, se vestiam com trajes semelhantes e não tinham nenhum cuidado em relação à exposição sexual junto às crianças. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (Ariès, 1981, p. 14).

Assim, a infância era um período ou uma fase da vida como outra qualquer, não sendo reconhecida de forma diferenciada. Ao longo dos séculos, a história nos revela que os adultos nem sempre valorizaram a infância.

De acordo com Ariès, a infância foi descoberta no século XVII, pois até então, conforme já afirmado, não se tinha uma percepção da criança como sujeito diferente dos adultos e sua fase da vida com certas especificidades próprias.

Assim, a partir do século XVII a criança começa a ser representada sozinha, as famílias começam a retratar apenas a imagem dos filhos. Foi no século XVII que os retratos de crianças sozinhas se tornaram numerosos e comuns. Foi também nesse século que os retratos de família, muito mais antigos, tenderam a se organizar em torno da criança, que se tornou o centro da composição. (Ariès, 1981, p. 65)

Foi então que surgiu o que Ariès (1981) denomina de “Sentimento de Infância”, que não se referia à presença ou ausência de amor e carinho, nas palavras do autor: “O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da

particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem”. (Ariès, 1981, p. 156).

Ariès (1981) explica que, quando surge o sentimento de infância, há duas visões distintas de criança. A primeira é pautada na concepção rousseauiana de que a criança é pura e inocente; também vista como mero objeto de diversão e distração aos olhos dos adultos, o que o autor identifica como “paparicação”, sendo que este representa a criança “bonitinha, engraçadinha, pura...”. Para o autor:

Um novo sentimento da infância havia surgido, em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto, um sentimento que poderíamos chamar de “paparicação”. (Ariès, 1981, p. 158, grifos no original)

Esse sentimento era originário do convívio familiar, advindo do ambiente interno em que as crianças eram inseridas, evidente nas relações das mulheres envolvidas com as crianças pequenas. As formas de admirar a criança como engraçadinha, beijá-la, abraçá-la e dizer que a ama foi muito criticada por alguns adultos, o que origina um outro sentimento:

Algumas pessoas rabugentas consideraram insuportável a atenção que se dispensava então às crianças: sentimento novo também, como que o negativo do sentimento da infância a que chamamos “paparicação”. (Ariès, 1981, p. 159).

O segundo sentimento concomitante veio do ambiente externo, dos eclesiásticos, homens da lei e moralistas do século XVII, que tinha como intenção disciplinar, dar razão e bons costumes às crianças, uma vez que estavam:

[...] preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esses moralistas haviam-se tornado sensíveis ao fenômeno outrora negligenciado da infância, mas recusaram-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. Esse sentimento, por sua vez, passou para a vida familiar. (Ariès, 1981, p. 163-164)

O sentimento marcado pela moralização tinha preocupações como disciplinar, contribuir com os princípios morais associados ao caráter e a razão, também aos cuidados de saúde e higiene das crianças. Estas são preocupações cultivadas principalmente por influência da igreja, que indicavam que os adultos eram responsáveis por desenvolver nas crianças o caráter e a razão, pensando nelas como uma página em branco a ser preenchida e preparada para a vida adulta, acreditando contribuir com os bons costumes da época.

É importante afirmar que os sentimentos de infância destacados por Ariès (1981) ainda são presentes nos dias atuais. Muitos adultos ainda tratam as crianças como objeto de distração e diversão, ao enfeitá-las com laços enormes e exuberantes com intuito de que fiquem

“bonitinhas e engraçadinhas”, quando falam com entonações de vozes e palavras no diminutivo, ainda é a “paparicação”, ou até mesmo ao tratá-las como imperfeitas, incompletas, incapazes, sem entendimento do que querem, é o sentimento de “moralização”. São pequenos exemplos que demonstram presença no pensamento das pessoas em relação às crianças e que claramente são resquícios da antiguidade ainda recorrente na sociedade, e vêm e vão interferindo de alguma forma nos modos e atendimentos das crianças pequenas em diferentes contextos, em destaque aqui o educacional.

Ainda na história da infância, no contexto europeu, a visão de moralização começa a ser fortemente relacionada às crianças pobres e sem família, como órfãs, abandonadas por serem frutos de traição etc. Dentre os moldes de moralização, as crianças desvalidas de cuidados eram direcionadas para o trabalho infantil, não se tinha uma preocupação com seu bem-estar físico e mental, algumas morriam trabalhando nas indústrias devido às péssimas condições de higiene, outras tinham partes do corpo mutiladas diante de situações perigosas e impróprias para a idade. Como forma de educação, os maus tratos às crianças eram aceitos como regras e costumes, com intuito de que elas aprendessem a moralização para que, quando adultas, pudessem conviver, se comportar e seguir as regras impostas pela sociedade (Heywood, 2004).

Como o olhar para a criança foi sendo fortalecido, no final do século XVII, as famílias mais favorecidas começaram a se preocupar com a educação de seus filhos, mesmo sendo mais novos, e até meninas, com intuito de que aprendessem a moral, visando prepará-los para a vida, e essa incumbência deveria vir por parte da escola.

A moral da época lhes impunha proporcionar a todos os filhos, e não apenas ao mais velho - e, no fim do século XVII, até mesmo às meninas - uma preparação para a vida. Ficou convencionalizado que essa preparação fosse assegurada pela escola. A aprendizagem tradicional foi substituída pela escola, uma escola transformada, instrumento de disciplina severa, protegida pela justiça e pela política. O extraordinário desenvolvimento da escola no século XVII foi uma consequência dessa preocupação nova dos pais com a educação das crianças. As lições dos moralistas lhes ensinavam que era seu dever enviar as crianças bem cedo à escola. (Ariès, 1981, p. 277).

Dessa forma, as crianças filhas de burgueses passam a ser entendidas como um ser que deveria receber educação:

Trata-se um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. [...] A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes,

e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (Ariès, 1981, p.12).

As crianças das camadas mais populares, no que diz respeito ao contexto europeu, foram, por muitos séculos, educadas e ensinadas pela família, principalmente pela mãe em um ambiente doméstico, até que por volta do século XVIII, com a Revolução Industrial, as famílias, principalmente as mulheres, que até o momento eram condicionadas ao trabalho específico do lar e à educação dos filhos, foram afetadas no sentido de que também poderiam contribuir com o trabalho fora de suas casas, o que resultou ainda mais na necessidade de um espaço para que as mães trabalhadoras pudessem deixar seus filhos. Então surgem as primeiras instituições com objetivos de cuidar e proteger as crianças enquanto as mães saíam para o trabalho.

Na Europa, com a transição do feudalismo para o capitalismo, em que houve a passagem do modo de produção doméstico para o sistema fabril, e, conseqüentemente, a substituição das ferramentas pelas máquinas e a substituição da força humana pela força motriz, provocando toda uma reorganização da sociedade. O enorme impacto causado pela revolução industrial fez com que toda a classe operária se submetesse ao regime da fábrica e das máquinas. Desse modo, essa revolução possibilitou a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, alterando a forma da família cuidar e educar seus filhos. (Paschoal; Machado, 2009, p. 79).

Essas primeiras instituições para crianças pequenas não as separavam por faixa etária e os primeiros objetivos eram de intuito assistencialista, cujo enfoque era a guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos das crianças, sendo a maioria dessas instituições pensadas em atender crianças pobres e de mães trabalhadoras.

No século XIX, criou-se os primeiros programas para as crianças pobres, filhos de trabalhadores e sem famílias, os quais eram de cunho compensatório (RODAPÉ A educação compensatória, termo originado durante a Revolução Industrial, usada em geral na pré-escola e nas séries iniciais do ensino fundamental, segundo Duarte, é definida como "Conjunto de medidas políticas e pedagógicas visando compensar as deficiências físicas, afetivas, intelectuais e escolares das crianças das classes cultural, social e economicamente marginalizadas, a fim de que elas se preparem para um trabalho e tenham oportunidade de ascensão social".) para suprir deficiências como nutrição, saúde, educação, cultura, entre outros. A educação compensatória tinha como pensadores Pestalozzi, Froebel e Montessori que tinham como propósito superar a miséria, pobreza e a negligência das famílias.

Cinco conjuntos de fatores são, em geral, apresentados como responsáveis pela expansão da pré-escola nos últimos anos, bem como por seu caráter de educação compensatória: os de ordem sanitária e alimentar; os que dizem respeito à assistência social; os relacionados com novas teorias psicológicas e sua divulgação ou renascimento; os referentes às diferenças culturais e os fatores propriamente educacionais. (Kramer, 1992, p. 26)

Passado um século, mais próximo da metade do século XX, com a Segunda Guerra Mundial, o atendimento pré-escolar teve um impulso, o que ocasionou o acolhimento principalmente às crianças filhas de mulheres trabalhadoras em indústrias bélicas ou em outras que substituíram o trabalho masculino. Com o aumento do número de crianças nas instituições, houve uma preocupação assistencialista-social, onde foram destacados cuidados com o social e emocional da criança. (Kramer, 1992).

Depois da Segunda Guerra Mundial, crescia o interesse pelos métodos de ensino, em que se destacam importantes contribuições dos estudos de Montessori, Piaget e Vigotsky que são referências quando se trata do desenvolvimento infantil.

Crescia o interesse de estudiosos da aprendizagem pelo conhecimento dos aspectos cognitivos do desenvolvimento, pela evolução da linguagem, e pela interferência dos primeiros anos de vida da criança no seu desempenho acadêmico posterior. A preocupação com os métodos de ensino reaparecia. (Kramer, 1992, p. 27-28).

Apesar de se apresentar como assistencialista, as primeiras instituições de atendimento à criança pequena na Europa, de acordo com Kuhlmann (2001), logo se preocuparam não apenas com cuidados, mas também com o educar, visto que houve interesse em apresentar práticas pedagógicas para as crianças, principalmente para os filhos da burguesia.

As mudanças no quadro das instituições de atendimento às crianças, principalmente de famílias populares na segunda metade do século XIX e início do século XX, ganharam formato educacional. Essa modalidade de educação se tornou modelo e foi absorvida por outros países. Diferente das instituições europeias e norte-americanas que tinham como objetivo o caráter assistencialista, mas que foi se tornando pedagógico. No Brasil, as primeiras instituições de atendimento à criança tiveram início com uma clientela composta basicamente de instituições assistencialistas, as quais por longos anos perduraram. (DOURADO & FERNANDEZ, 1999; BAPTISTA, 2006) Para tanto, faz-se necessário analisar como essa ideia de atendimento à criança pequena vem sendo construída no decorrer dos anos no contexto brasileiro, para que se possa compreender como nasce o conceito de função social da creche no entendimento populacional e como vem sendo construída essa trajetória no nível de atendimento à criança pequena, podendo assim estabelecer uma relação com o contexto atual.

## **2.2 Atendimento à criança no contexto brasileiro**

No que diz respeito ao contexto brasileiro, no século XVI, houve o primeiro espaço organizado para atender às crianças pequenas, o qual se deu logo no início da chegada dos

jesuítas no país em 1549, com a criação da instituição denominada “Casa dos Muchachos”<sup>2</sup>, que tinha como finalidade o atendimento aos indígenas e aos órfãos vindos de Portugal. De acordo com Kuhlmann Jr. (1998, p. 22): “[...] os jesuítas desenvolveram a estratégia de sua catequese alicerçada na educação dos pequenos indígena e trouxeram crianças órfãs de Portugal para atuarem como mediadoras nessa relação”; com a intenção principal de catequizar e educar de acordo com os moldes europeus, eram ensinados às crianças conteúdos religiosos voltados à doutrinação, convertendo-as na fé da Igreja Católica.

Em 1726, criou-se as primeiras instituições para receber as crianças abandonadas, filhos de escravos e mães desprovidas de ajuda paternal, as quais era chamadas de Santas Casas de Misericórdia, instituições católicas que recebiam as crianças através de um mecanismo denominado “roda”; costume importado de Portugal, que ficou conhecido como “Roda dos Expostos” (Del Priori, 2004). A Roda dos Expostos surgiu em meio a muitos abandonos de crianças e recebeu esse nome por se tratar de um mecanismo na forma de roda, em que a criança era deixada nela sem expor quem a abandonava; uma prática que perdurou durante longos anos. (Del Priore, 2004).

Marcílio (1999, p. 72) traz também contribuições desse contexto histórico:

A roda foi instituída para garantir o anonimato do expositor evitando-se na ausência daquela instituição e na crença de todas as épocas, o mal maior, que seria o aborto e o infanticídio. Além disso, a roda poderia servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento. Alguns autores atuais estão convencidos de que a roda serviu também de subterfúgio para se regular o tamanho das famílias, dado que na época não havia métodos eficazes de controle da natalidade.

A roda dos expostos recebia tanto crianças vindas das camadas mais pobres, como também filhos de mulheres da alta corte; frutos de relações proibidas ou concebidas por progenitoras ainda solteiras. As crianças eram abandonadas para que as mães não fossem expostas na sociedade em situação considerada vergonhosa para a época.

[...] no Brasil, as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas. Outro elemento que contribuiu para o surgimento dessas instituições foi às iniciativas de acolhimento aos órfãos abandonados que, apesar do apoio da alta sociedade, tinham como finalidade esconder a vergonha da mãe solteira, já que as crianças [...] eram sempre filhos de mulheres da corte, pois somente essas tinham do que se envergonhar e motivo para se descartar do filho não desejado. (Rizzo, 2003, p. 37).

---

<sup>2</sup>As “Casas dos Muchachos” eram instituições que recebiam tanto os “órfãos da terra” quanto os órfãos vindos de Portugal trazidos para ajudar na conquista das crianças e jovens indígenas.

No século XVIII, criou-se os chamados asilos, com a mesma finalidade das Santas Casas de Misericórdia, ou seja, receber crianças órfãs, abandonadas por nascer de relacionamentos ilegítimos entre senhores e escravas ou retiradas de escravas, para que estas últimas pudessem ser alugadas e/ou vendidas como mães de leite.

Por muito tempo, essas instituições funcionavam livremente sem nenhuma supervisão. Em meados do século XIX, com o aumento dos índices de mortalidade das crianças abandonadas, deixadas em instituições de orfanatos e asilos, ocasionou o movimento dos médicos higienistas, cuja intenção era desaprovar os asilos e rodas e combater esses índices de mortalidade acarretados principalmente por questões de higiene.

Nas afirmações de Góis (2002), o “Movimento Higienista” nas instituições tinha como intuito a moralização referente aos hábitos de higiene, já que estes locais recebiam muitas crianças e era importante que elas tivessem conhecimentos com objetivo de melhorar a qualidade de vida humana, prevenir as doenças, aprimorar a saúde e descobrir melhores hábitos para a defesa da saúde individual e coletiva.

É importante destacar que, esse movimento visava mudanças de hábitos numa política higienista e buscava conscientizar e fiscalizar hábitos de higiene, pois muitos higienistas diziam que o atraso do Brasil em relação à Europa era por causa da falta de higiene e educação, explicando que a situação de atrasos nos países estavam relacionadas a esses tipos de fatores sociais.

Para as crianças pobres, não órfãs, a preocupação era cuidar por meio da educação dos pequenos, com propósito de ensinar novos hábitos, o que aperfeiçoava a saúde da população, educando não só as crianças, mas também as famílias, oferecendo assistência à infância, movidos pela compreensão de que a falta de educação e saúde do povo causaria atrasos do Brasil, apresentando uma política higienista que buscava a disciplina de cada indivíduo consigo próprio e com seus próximos, acarretando mudanças nos hábitos que, aos olhos dos estrangeiros, não tinham muita preocupação com os cuidados sanitários.

No final do século XIX início do século XX, tem-se os movimentos de imigração, principalmente do continente europeu para o Brasil, por ocasião da ocupação e colonização, bem como devido às questões econômicas, que incluem a imigração subvencionada; conflitos internacionais; guerras; e fuga de crises econômicas, sanitárias e humanitárias ou de perseguições (religiosas, políticas e étnicas). Com esses movimentos de imigração do continente europeu para o Brasil, aconteceram novas mudanças em relação ao atendimento à criança pequena.

Aguiar (2001) comenta que com a influência dos imigrantes, principalmente alemães, italianos, holandeses, entre outros, muitos hábitos e costumes foram implantados no nosso país; dentre muitos, houve uma preocupação com atendimento à educação da criança pequena, já que em outros países esse atendimento educacional já existia. Nesse contexto, Oliveira (2005) indica que as primeiras instituições de educação à criança pequena foram criadas em 1908 em Belo Horizonte e em 1909 no Rio de Janeiro já com influências europeias em suas práticas.

Com o avanço da industrialização no país no período pós Primeira Guerra, o mercado de trabalho passou a aceitar mão de obra feminina, assim, no início da década de 1920 e 1930 com os progressos de industrialização, se iniciaram os movimentos trabalhistas para reivindicar melhores condições de trabalho. Entre elas, estava a criação de instituições de cuidado, mas não apenas isso, também de educação para os filhos das mulheres operárias, que até então era de total responsabilidade da família, girando principalmente em torno da figura materna.

De acordo com Oliveira (1992, p. 18):

Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternas para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor.

Nesse contexto, surgiu, portanto, a primeira lei que regulamenta a abertura das creches; sendo a Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, mais conhecida como Consolidação das Lei do Trabalho Nacional- CLT, mencionando em seus artigos:

Art. 397. As instituições de Previdência Social construirão e manterão creches nas vilas operárias de mais de cem casas e nos centros residenciais, de maior densidade, dos respectivos segurados.

Art. 398. As instituições de Previdência Social, de acordo com instruções expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, financiarão os serviços de manutenção das creches construídas pelos empregadores ou pelas instituições particulares idôneas. (Brasil, 1943).

Oficializada a primeira lei que regulamenta a creche, sendo ela de caráter trabalhista, pensada e regulamentada “[...] para atender prioritariamente às necessidades das mães trabalhadoras, cujas crianças precisavam ser cuidadas por alguém que pudesse atender às suas necessidades básicas de alimentação, sono e higiene”. (Dias; Faria, 2008, p. 53). Com a aprovação da CLT, segundo Teles (2015), as crianças mais uma vez foram colocadas como objetos que seriam apenas guardados durante o período de trabalho de sua mãe e o Estado por

sua vez tentava se ausentar de sua responsabilidade com as creches, terceirizando-as a empresas:

De acordo com a lei, o empresariado era pressionado a prestar atendimento a crianças de 0 a 6 anos e o Estado (ao nível federal, estadual e municipal) ficava isento de qualquer iniciativa. Sendo, pois, o Estado através da CLT de 1943, isento em assumir o encargo de implantação de creches, ele começa a incentivar outras iniciativas de atendimento à criança pequena, como 'lares vicinais' e creches domiciliares. (Aguiar, 2001, p. 32).

No período o qual me refiro acima, houve recentes criações de creches e pré-escolas para o atendimento de crianças pequenas, que se baseava na concepção assistencialista de educação e ensino, as quais Kuhlmann Jr. (2000) se refere como pedagogia da submissão, uma vez que não se pretendiam diminuir as desigualdades existentes entre as camadas sociais, mas fazer com que famílias desprovidas financeiramente aceitassem a exploração social sem questionamentos. Oliveira (1992) chama a atenção ao evidenciar que as instituições creches tinham contextos diferentes e diferenciavam os atendimentos em relação às crianças pobres das crianças filhas/os da elite, como afirma:

[...] crianças dos diferentes grupos sociais eram submetidas a contextos de desenvolvimento diferentes e desiguais nas famílias, nas creches e pré-escolas. Enquanto que as crianças pobres eram atendidas em creches com propostas que partiam de uma idéia de carência e deficiência, as crianças mais ricas eram colocadas em ambientes estimuladores e consideradas como tendo um processo dinâmico de viver e desenvolver-se. (Oliveira, 1992, p. 21).

Associada ao assistencialismo e à pobreza, onde quem frequentava era os filhos de famílias pobres e de mães trabalhadoras que precisam deixar seus filhos para trabalhar, as creches não se preocupavam em lidar com a educação formal e as preocupações governamentais em relação às crianças da época tinham apenas objetivos de:

[...] elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite; velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância. (Kramer, 1992, p. 23).

Na afirmação de Reis e Cunha, (2010, p. 116): “[a] responsabilidade pela organização e manutenção das creches era do Serviço Social, Instituições Filantrópicas ou Comunitárias, com preocupação assistencialista, visto que o atendimento se voltava para as crianças pobres”.

Foi então que em 1988 foi promulgada a primeira lei que reconhece a educação como um direito de todas as crianças: a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, que em seu Artigo 205 salienta que a educação é direito de todos, tornando-se “[...] um marco

histórico na redefinição doutrinária e no lançamento dos princípios de implementação de novas políticas para a infância de zero a seis anos” (Luz, 2006). Nas palavras de Corrêa (2003, p. 91):

Quanto à questão educacional, o aspecto mais relevante da Constituição Federal de 1988 para a educação infantil está em seu art. 208, inciso IV, ao afirmar que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. “Além de outros tópicos importantes no que diz respeito ao atendimento de 0 a 6 anos na lei maior do país, interessa destacarmos, no seu artigo. 206, no qual se afirmam os princípios sob os quais o ensino deve ser ministrado, o contido no inciso VII – “garantia de padrão de qualidade” – como um dos norteadores também para as instituições de educação infantil. Com base nesses artigos, podemos concluir que, no plano legal, a oferta de educação infantil não apenas passará a ser uma obrigação do Estado como também deve ser oferecida com qualidade.

A Constituição de 1988 é um grande marco em relação à educação da criança pequena. A partir deste documento, a criança passa a ser reconhecida legalmente como sujeito de direitos, dentre outros, de cuidado e educação.

O atendimento das crianças pequenas em creches, em relação a sua dinâmica de funcionamento, em sua organização e na sua função social, são instituições reconhecidas e pensadas para garantia de diferentes direitos, sendo uma das poucas instituições que tem em si potencial de que, além de educação, a criança possa usufruir de cuidados, saúde, cultura, lazer, alimentação, seguranças, entre outros, evidente na Constituição de 1988 no:

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão

Fica explícito na Constituição no artigo 208 que a educação infantil, especificamente a creche, pode e deve garantir às crianças esses diferentes direitos. Posteriormente, com intuito de esclarecer e reafirmar o que está posto na Constituição, em 1990, criou-se a Lei 8.069/90, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA e em seu Art. 54 expressa que: “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade”, sendo que, atualmente, o ECA é responsável por assegurar juridicamente a proteção integral das crianças e adolescentes brasileiras.

O ECA se concretizou como documento de referência mundial e, de acordo com Oliveira (2002), concretizou e fortaleceu as conquistas dos direitos das crianças promulgadas pela Constituição de 1988, que visou a garantia de direitos, dentre eles, o de educação para crianças de até cinco anos, portanto seu papel principal foi de reafirmar e detalhar o que estava na Constituição, contribuindo para normas de Educação Infantil no Brasil.

Evidencia-se que, com a Constituição de 1988, as creches passaram a ser um direito da criança independente das condições sociais da família e o ECA de 1990 veio a partir da Convenção dos Direitos da Criança (RODAPÉ- A Convenção diz que a infância é separada da idade adulta e dura até os 18 anos [No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 2º, considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade]; é um tempo especial e protegido, no qual meninas e meninos devem poder crescer, aprender, brincar, desenvolver-se e florescer com dignidade.), legitimando a criança como sujeito de direitos. A visão que se tinha ao longo dos anos em relação às crianças vinha sofrendo mudanças e ampliando o entendimento sobre ela, e o documento Política Nacional Educação Infantil (PNEI) confirmou essas novas mudanças nas formas de ver a criança, sendo esta um ser histórico, sujeito de direito, capaz de estabelecer múltiplas relações, produtor de cultura e nela inserido.

Na construção dessa concepção, as novas descobertas sobre a criança, trazidas por estudos realizados nas universidades e nos centros de pesquisa do Brasil e de outros países, tiveram um papel fundamental. Essa visão contribuiu para que fosse definida, também, uma nova função para as ações desenvolvidas com as crianças, envolvendo dois aspectos indissociáveis: educar e cuidar. (Brasil, 1994, p.8)

Além de legitimar uma nova visão de criança, o PNEI de 1994 trouxe evidências de que seu principal objetivo era a expansão da oferta de vagas para a criança de zero a seis anos, buscando atender mais crianças e assim fortalecer as concepções educação e cuidado, aspectos esses não se separam das ações dirigidas às crianças, o que promove a melhoria da qualidade do atendimento em creches e pré-escolas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) define a ampliação da oferta “de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e a 60% da população de 4 a 6 anos (ou 4 e 5) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos” (meta 1). (Brasil, 2005, p. 6)

As discussões para a melhoria da qualidade do atendimento dessas instituições vinham ganhando repercussão, tanto que o Ministério da Educação, em 1995, definiu que houvesse a melhoria da qualidade no atendimento educacional nas creches e pré-escolas, apontando quatro linhas principais:

- a) incentivo à elaboração, implementação e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares;
- b) promoção da formação e da valorização dos profissionais que atuam nas creches e pré-escolas;
- c) apoio aos sistemas de ensino municipais para assumirem sua responsabilidade com a Educação Infantil;
- d) criação de um sistema de informações sobre a educação da criança de 0 a 6 anos. (Brasil, 2014, p.9).

Em processo lento de reconhecimento legal como espaço educativo, as instituições creches seguem avançando e em 1996, com aprovação da Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e é regulamentado que as creches correspondem às instituições responsáveis pela educação de crianças de zero até três anos de idade. Tornando-se integrante do sistema de ensino, a creche se constitui, junto com a pré-escola, na primeira etapa da educação básica, cuja finalidade é “[...] o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996, p. 12).

Cerisara (2002) destaca que as creches têm função de cuidar e educar de forma indissociável, superando a concepção de atendimento caritativo apenas para os pobres, de acordo com a LDB:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) Pré-escola;
- b) Ensino fundamental;
- c) Ensino médio;

II - Educação infantil gratuita às crianças de até cinco anos de idade.

No que diz respeito à Função Social da Creche, na LDB fica claro que essa instituição precisa objetivar não somente assistência, saúde e proteção, mas garantir que em seus atendimentos também garantam educação, cultura, esporte, convívio social e aprendizagens qualificadas, conforme LDB:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A Educação Infantil será oferecida em:

- I - Creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
  - II - Pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.
- (Brasil, 1996)

A LDB afirma a importância da educação infantil para a criança nesta etapa de ensino, que passou a considerar que as crianças devem ter seu desenvolvimento integral e integrado garantido, sendo ele o desenvolvimento psicológico, social, intelectual e físico, esta pensada como social, constituída de potencialidades a serem desenvolvidas na infância e, mais especificamente, na Educação Infantil. Logo, o trabalho pedagógico com a criança foi colocado em evidência e adquiriu uma dimensão mais ampla no sistema educacional, que é atender às especificidades do desenvolvimento das crianças dessa faixa etária em um ambiente intencionalmente planejado para o desenvolvimento infantil (Luz, 2006).

Para subsidiar o trabalho pedagógico nas instituições de educação infantil, o Ministério da Educação elaborou em 1998 o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) com orientações ao trabalho pedagógico na ação docente, mas não sendo obrigatório. O RCNEI foi o primeiro documento legal produzido pelo governo federal especificamente voltado a estabelecer bases para o trabalho pedagógico nessa etapa educacional. Logo na sua apresentação, o documento evidencia que sua proposta é “buscar soluções educativas para a superação, de um lado, da tradição assistencialista da creche e, de outro, da marca da antecipação da escolaridade das pré-escolas” (Brasil, 1998, p. 7).

Por conseguinte, o documento traz reflexões nas páginas 17, 18 e 19 do volume 1 com algumas considerações sobre creche e pré-escola, evidenciando algumas ideias equivocadas de sua finalidade que perdurou e ainda pode estar no imaginário de muitas pessoas. O cuidado, por muitas vezes é entendido como apenas físico, por exemplo, e que nessas instituições tem um papel amplo, o de perceber as necessidades das crianças de serem observadas, ouvidas e respeitadas, e sobretudo, um comprometimento com elas.

Não se pode deixar de apontar outro entendimento equivocado: de que as creches são instituições de atendimento à criança pobre; o contrário é evidenciado em diversos documentos normativos e sugestivos como o RCNEI, que indica este espaço como lugar de qualquer criança, quer seja pobre ou rica, negra ou branca, entre outras. São locais que promovem as crianças “integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando que esta é um ser completo e indivisível” (Brasil, 1998 p. 18).

Com objetivo de guiar reflexões para o profissional da educação infantil, o documento propõe subsidiar o planejamento, as práticas educativas, avaliações e permite construir propostas educativas que atendam a demanda das crianças. O documento contribui como um dos avanços históricos em relação à preocupação com a educação infantil.

Ampliando os olhares sobre a criança, o Ministério da Educação- MEC publicou em 2009 o documento chamado Critérios Para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais da Criança, que traz muitas informações importantes sobre os direitos da criança, relacionamento escola/família e também organização da instituição, abordando a faixa etária de zero a três anos nas instituições creche. Esse documento é referência quando se trata em desempenhar atitudes que respeitam os direitos das crianças e, contudo, traz contribuições de práticas que contribuem para o entendimento de qual seja a função da creche, discutido de forma mais detalhada em seção seguinte.

Com foco no direcionamento e organização pedagógica, o Conselho Nacional de Educação a partir da resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009 aprova as Diretrizes Nacionais

para Educação Infantil- DCNEI e evidencia que esta etapa de educação infantil precisa ser entendida como:

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (Brasil, 2009a).

Nesse sentido, as creches são espaços intencionalmente planejados para atender às necessidades e garantir os diferentes direitos das crianças. O papel da DCNEI expresso no: “Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil” (Brasil, 2009).

Assim, a DCNEI é a lei máxima do planejamento curricular da educação infantil, em que as práticas pedagógicas são organizadas com intuito de impulsionar o desenvolvimento da criança.

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (Brasil, 2009a).

A DCNEI representa um grande avanço em relação à oferta de orientação ao planejar o currículo da educação infantil de creches e pré-escolas. Sobre a organização do Currículo, pretende-se estabelecer experiências e aprendizagens a partir das práticas sociais e linguagens em íntima relação com a vida cotidiana.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares. (Brasil, 2009a).

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (Brasil, 2009a).

A DCNEI é uma política pública comprometida com a qualidade e a expansão da Educação Infantil no Brasil, foi criada em 1999 e reformulada em 2009. A infância, mais especificamente a criança, é pensada como centro de planejamento do currículo. A definição mais atual de criança exposta na DCNEI:

2.2 Criança: Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (Brasil, 2009a).

De acordo com Maria Luiza Rodrigues Flores e Simone Santos de Albuquerque (2015), a DCNEI fortalece o direito da criança a frequentar o espaço da creche que é coletivo e oferecer sua efetiva função, conforme destacado abaixo:

As atuais DCNEI qualificam esse direito e o lugar em que ele se efetiva, definindo o espaço coletivo de educação para crianças pequenas como uma escola que legitima suas experiências de infâncias, a partir da efetivação de um currículo que valoriza as práticas sociais e culturais da criança e suas comunidades, oferecendo oportunidades para ampliação de conhecimentos em relação a si, aos outros e ao mundo (Flores; Albuquerque, 2015, p. 19)

Na DCNEI (2009), evidenciou-se que as instituições que atendem a educação infantil são laboratórios de desenvolvimento e aprendizagens individuais e coletivas, e espaços onde as crianças precisam ter vozes. Nas creches, as crianças aprendem, vivenciam, experimentam e constroem experiências próprias da idade, não sendo uma preparação ou antecipação para o ensino fundamental, mas sim caracterizada para própria fase de desenvolvimento. As creches são definidas como instituições de educação, promotoras e facilitadoras de aprendizagens e desenvolvimento; são ambientes específicos e planejados para a garantia dos diferentes direitos, o que diferencia do convívio familiar e doméstico.

Percorrer o trajeto histórico até aqui faz pensar que cuidados e educação sempre estiveram juntos, mesmo sabendo que agora a Educação Infantil faz parte da área da Educação e não mais da Assistência Social. O entendimento em relação ao atendimento à criança tem caráter indissociável a cuidados e educação. Talvez por isso seja tão difícil o entendimento que a população trabalhadora e usuária da creche tem em relação ao entendimento de sua real função.

Essa dicotomização entre as atividades com um perfil mais escolar e as atividades de cuidado, revelam que ainda não está clara uma concepção de criança como sujeito de direitos, que necessita ser cuidada e educada, uma vez que ela depende dos adultos para sobreviver e pelo fato de permanecer muitas vezes de 10 a 12 horas diárias na instituição de Educação Infantil. (Cerisara, 1999, p. 16-17)

Reconstruir o percurso histórico da educação infantil no contexto mundial e brasileiro é importante, já que permite remeter aos avanços e retrocessos. O que sabe sobre a função social das creches em dias atuais não pode ser desvinculado da história e da construção histórica e social que essas instituições percorreram.

Nessa seção, apresentou-se a trajetória histórica da construção dos conceitos de criança e de infância, bem como a história do atendimento das crianças dessas infâncias no contexto europeu e brasileiro.

Esse movimento foi feito para que pudessem entender como a função social da creche foi sendo construída ao longo da história pautada em documentos legais e também com entendimentos do senso comum de como é a criança e o atendimento que deve ser dado a ela.

Essas provocações fazem pensar como essas informações chegaram e como impactam as práticas das pessoas envolvidas com o contexto da creche do município de Inocência, e se materializa o entendimento dos envolvidos com essa política de atendimento.

### 3 FUNÇÃO DA CRECHE

Sabe-se que a creche é historicamente marcada pela assistência, uma vez que ela surge com a principal finalidade de cuidar das crianças órfãs, das crianças pobres e também dos filhos das mães trabalhadoras. Por outro lado, hoje a creche ganhou legitimidade como instituição legalmente pensada e organizada para o processo educativo.

É importante reafirmar que esses espaços são de direito da criança e reconhecidos pela Constituição de 1988, que foi o primeiro documento legal a marcar o início dessa nova concepção de educação para as crianças pequenas, e definido pelo ECA, instituído sobre a Lei 8.069/90 a favor das crianças, assegurando que estados e municípios garantam e ofereçam atendimento em instituições creches e pré-escolas, e ainda com finalidade educativa reconhecida e estabelecida pela LDB 9.394/96, que por sua vez tem diferentes documentos educativos regulatórios já mencionados na seção anterior.

Nessa direção, é expresso nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil que as ações que ocorrem na creche têm como função cuidar e educar, e também se entende que, em suas práticas cotidianas de cuidados e educação, são indissociáveis e fazem parte das necessidades das crianças mediante o desenvolvimento de suas capacidades humanas. Todas as ações realizadas pelos profissionais da creche em relação ao tratamento com as crianças, até mesmo as ocorridas de forma inconsciente, são articuladas a cuidados e educação. O trabalho de cuidar e educar as crianças em algumas práticas corriqueiras na creche, seja elas nas relações sociais, culturais, higiene, alimentação, entre outras, aparentemente, parece ser uma tarefa simples, mas não é, pois implica preparo e comprometimento. Assim;

É importante que os profissionais que atuam na Educação Infantil assim como as políticas públicas, as pesquisas nesta área e a gestão escolar que atua nesse e para esse segmento educacional estejam comprometidos com a efetivação dos objetivos da Educação Infantil, especialmente em articulação para reconhecer a criança como um ser histórico, social e de direitos, e que se chegue ao consenso que cabe à escola promover as condições necessárias com vistas ao desenvolvimento infantil. (Braga; Rodrigues, 2020, p. 13-14).

Nesse contexto, os profissionais da creche necessitam de formação adequada para ter a clareza da criança como centro do planejamento pedagógico e que em suas práticas haja intencionalidade que respeite os direitos e as necessidades das crianças, o que pode contribuir para que estas instituições desenvolvam com qualidade sua função social e assim superem o caráter assistencialista ainda entendido por muitos como função da creche.

Ter clareza de que as crianças são sujeitos de direitos é mais complexo do que parece, e na prática muitas pessoas não são capazes de fazer isso acontecer, pois implica dar mais liberdade de ação e decisão para os pequenos, um paradigma que precisa ser construído e

expandido por muitos profissionais. Entender a criança como indivíduo de direito por parte dos atores da creche é de fundamental importância para que esses ambientes de educação possam de fato promover desenvolvimento e aprendizagens, que é a sua função social, a qual se dá a partir de ações de cuidado e educação, promovendo a socialização ampla, a vivência e experiências sobre o mundo.

Destaca-se que, quando se refere a socialização na perspectiva da creche como instituição de função educativa, entende-se que o sentido da palavra vai muito além do conviver e se relacionar com outras pessoas. A socialização referida tem sentido mais alargado, como o de promover ações planejadas a serem vividas na instituição que permite às crianças compreender o mundo das coisas e das ideias em sua multiplicidade de formas, de representação e os princípios políticos de participação e liberdade de expressão.

A importante característica da creche se dá no fato de que as crianças se encontram e se relacionam, interagem com objetos e situações, assimilam, rejeitam, transgridem, transformam e compartilham de vivências e experiências próprias da infância em espaço coletivo diverso. Para além do cuidar e educar, a socialização precisa ter caráter lúdico para favorecer a promoção e ampliação de novas formas de representação sobre si e sobre o mundo, contribuindo assim para novas aprendizagens e desenvolvimento.

Nessa direção, a creche se configura como espaço educativo que se diferencia da escola de ensino fundamental, pois nesta última as aprendizagens e descobertas sobre o mundo, sobre as formas, os objetos, a natureza, entre outros, são apresentadas às crianças através das disciplinas, por áreas do conhecimento, e utiliza como recursos lápis, caderno, livro didático, entre outras atividades “escolares” de forma prioritária. Já a creche deve apresentar o mundo, as formas, os objetos, a natureza, entre outros, mas utiliza a promoção da socialização com recursos as brincadeiras, as experiências lúdicas e concretas, o faz de conta, a imaginação, a música, o teatro, a literatura, entre outras inúmeras atividades que ocorrem nessa instituição que tem como objetivo maior a educação das crianças e sua integração no mundo adulto.

Essas ações mencionadas auxiliam no entendimento de qual deve ser a função da creche e contribuem para superação do caráter assistencialista, que marca historicamente esse nível de ensino e ainda está muito presente no imaginário de um número significativo de pessoas, de diferentes segmentos. Para evidenciar ações que promovam o direito da criança e as instituições desenvolvam adequadamente seu papel, houve reflexões sobre o documento oficial “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças”, organizado por Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg (2009) e o objetivo de explorar este documento é indicar o real papel da creche.

O documento é resultante de mobilização e discussões entre pesquisadores(as), profissionais da área de educação infantil e órgãos públicos, e foi amplamente divulgado no sentido de estar apresentando práticas educacionais pedagógicas que respeitassem os direitos considerados fundamentais para as crianças.

Os Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças está disposto em duas partes. A primeira é escrita pela pesquisadora Maria Malta Campos, intitulado “Esta Creche Respeita a Criança”, que apresenta critérios relativos à organização e ao funcionamento interno da creche, que dizem respeito principalmente às práticas concretas adotadas no trabalho direto com as crianças, traz em seu conteúdo doze critérios que respeitam os direitos da criança e, em seguida, discrimina ações que podem e devem ser realizadas para garantia desses direitos. Já a segunda parte do documento “A Política de Creche Respeita a Criança: Critérios para políticas e programas de Creche”, elaborado pela pesquisadora Fúlvia Rosemberg, explicita critérios relativos à definição de diretrizes e normas políticas, programas e sistemas de financiamento de creches tanto governamentais como não governamentais<sup>3</sup>.

O conteúdo abordado no documento é fundamental para os que atuam em creche e para quem busca compreender como oferecer possibilidades que garantam o respeito aos direitos da criança e o bom funcionamento dessas instituições para o cumprimento de sua função social. O texto dispõe de uma linguagem simples, direta e de fácil compreensão para quem lê, seja com formação em pedagogia ou não, trazendo em seu conteúdo exemplos de ações que auxiliam no entendimento do leitor, evidenciando contribuições que se destinam ser as funções da creche.

Seguem os dozes critérios abordados no documento, os quais têm como intencionalidade atender e respeitar os direitos das crianças, a saber:

- Nossas crianças têm direito à brincadeira;
- Nossas crianças têm direito à atenção individual;
- Nossas crianças têm direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante;
- Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza;
- Nossas crianças têm direito a higiene e à saúde;
- Nossas crianças têm direito a uma alimentação sadia;
- Nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão;
- Nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos;
- Nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e à amizade;
- Nossas crianças têm direito a expressar seus sentimentos;

---

<sup>3</sup>O documento “Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças” foi publicado pela primeira vez em 1995, sendo reconhecido pelo MEC como referência para nortear a Educação Infantil – creches.

- Nossas crianças têm direito a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche;
- Nossas crianças têm direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa. (Brasil, 2009).

Apresentados os critérios, cada um deles será abordado de forma detalhada, marcando como a promoção do respeito ao direito da criança num espaço educativo - creche- nas ações do dia a dia, com foco no cuidar e educar, promove a socialização entre os pares e traz clareza da funcionalidade dessas instituições como espaços de função educativa.

Parte-se do critério de que **“Nossas crianças têm direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante”** (Brasil, 2009, p. 17, grifos nossos); marcado historicamente como espaço de guardar as crianças, esse critério faz pensar que nossas crianças, agora pensadas como o centro do planejamento da ação da creche, têm direito a um ambiente organizado com criatividade e capricho, claro, ventilado e limpo, em que exista lugares agradáveis para o seu desenvolvimento, descanso e sono.

Na perspectiva desse critério e como função da creche é apresentar para as crianças que além do âmbito doméstico e familiar, há outras vivências, em lugares seguros, aconchegantes e prazerosos. Através de seus profissionais, a creche pode oferecer às crianças tranquilidade, curiosidade, vontade e a liberdade de querer aprender mais sobre determinados assuntos. Proporcionar ambientes com características como: aconchegante, seguro e estimulante em áreas internas e externas, além da sala de aula, garante possibilidades mais ricas de estar em contato com si e com o outro.

Nessa direção, compreende-se que a socialização, as vivências e experiências que ocorrem nas instituições creche diferem do ambiente doméstico, por proporcionarem atividades ampla e harmônica, com vistas à possibilidade de exploração de forma ainda mais alargada, considerando que a convivência coletiva é rica em aprendizagens, que podem ocorrer de diferentes maneiras através das brincadeiras, do faz de conta, das produções através da arte, entre outros, o que amplia o entendimento sobre como deve ser o ambiente em que ficam as crianças na creche, por serem, principalmente, estimulantes.

Os ambientes de atividades poderão ser oportunos não só dentro das creches, mas também no seu entorno e suas proximidades, e o documento evidencia que **“Nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos”** (Brasil, 2009, p. 23, grifos nossos), porque o contato físico de forma instigante e mediada pelo professor é riquíssimo em possibilidades de desenvolvimentos e aprendizagens. Explorar outros espaços com orientação pedagógica oportuniza às crianças desenvolvimento de força, agilidade, equilíbrio, de exploração de diferentes espaços possibilitando apreciação do ar livre, com liberdade, em que ao mesmo

tempo é cuidada e protegida, o que facilita para uma interação ainda mais espontânea entre as crianças e adultos através da escuta, das brincadeiras, observações e descobertas.

Tem-se como função da creche apresentar às crianças o entendimento de outros espaços além do relativo ambiente doméstico (em casa com sua família) e de instituição, socializando sobre outros ambientes e suas funcionalidades, bem como a importância de cada um para vida em sociedade. Levar as crianças o conhecimento sobre outros espaços, como seu valor, a matéria, a ordem, a disciplina, permite aprendizagens cognitiva, sensorial e motora, também sobre diferentes símbolos estéticos, culturais e ideológicos.

O documento também traz que **“Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza”** (Brasil, 2009, p. 18, grifos nossos), pois as ações dentro e fora das instituições podem oportunizar o contato direto com a natureza e seus elementos: como a terra, o esterco dos jardins, areia do parquinho, folhas, pedras, gravetos e ainda pequenos animais que vivem no entorno. Possibilitar banhos de sol logo pela manhã, apreciando suas possibilidades, propondo que as crianças observem, compreendam, valorizem a nossa natureza, pois esse contato físico dentro e fora da creche possibilita que as crianças aprendam a cuidar melhor dos espaços, da natureza, pois só cuidamos verdadeiramente do que conhecemos e valorizamos.

Assim, é função da creche oportunizar às crianças experiências coletivas com a natureza, porque esse contato físico com a natureza estimula hábitos de vida saudáveis, a prática de exercícios físicos e, sobretudo, o bem-estar físico e emocional destas. É uma fase em que elas estão descobrindo e aprendendo tantas coisas novas, e como função é oferecer a elas contato com a natureza, com as plantas, flores, o ar puro, o banho de chuva, o brincar na terra, os animais e outros fenômenos naturais que promovem o desenvolvimento e as aprendizagens infantis, conseqüentemente, como dito anteriormente, advém das experiências concretas e mediadas de forma intencionalmente educativa.

Mediante esse entendimento, é expresso no documento que **“Nossas crianças têm direito a desenvolver a curiosidade, imaginação e capacidade de expressão”** (Brasil, 2009, p. 21, grifos nossos), pois é nas experiências concretas que as crianças compreendem fatos e acontecimentos a sua volta, o que amplia sua capacidade de expressar seus pensamentos, fantasias, imaginação e lembranças, podendo ser expressado não apenas na linguagem, mas também no desenho, na pintura, modelagem, música, histórias, atividades essas que nos possibilitam tentativas de compreender o que as crianças já sabem, o que traz em seu repertório e ampliá-las, dando voz a curiosidade e imaginação da criança.

A partir do entendimento de que as crianças já trazem em sua bagagem um repertório de conhecimento, é função da creche entender que elas têm desejos de conhecer e saber mais

das coisas, e é preciso ter clareza que a curiosidade é algo natural. Como uma das funções da creche é possibilitar interações entre crianças e adultos, disposta através de brincadeiras, as quais geram perguntas, das experiências lúdicas e concretas que possibilitam erros e acertos, porque se entende que quanto mais demonstração ao perceber o mundo a sua volta, através de pessoas, situações e expressões, mais a criança questiona e mais ela aprende.

Segundo o Ministério da Educação, é indispensável em um agrupamento de crianças a presença de um professor com formação em pedagogia e esses profissionais da educação, por ter formação na área e em específico na educação infantil são capazes de entender, valorizar, estimular a curiosidade, a imaginação e a capacidade de expressão das crianças, e possibilitar que elas se tornem adultos ativos e intelectuais, que perguntam, questionam, defendem e argumentam sobre suas ideias e opiniões.

Expor as crianças a atividades que possam explorar e exercitar sua curiosidade através da arte, música, pintura, desenho, teatro, dança, contação de histórias, leva às crianças a desenvolverem habilidades importantes para a vida, e como já comentado, as creches têm como função ampliar esse desenvolvimento e aprendizagens, e os profissionais que atuam com as crianças têm potencial para ampliar esses direitos garantindo o cumprimento da função das creches.

Ouvir a criança também é uma prática que deve ser contínua nas creches, permitir que as crianças tenham voz, que sejam ouvidas, conhecidas e chamadas pelo nome na oportunidade de garantir de acordo com o documento que **“Nossas crianças têm direito à atenção individual”** (Brasil,2009, p. 15) e sempre de forma cuidadosa em qualquer momento do dia, seja na hora do banho, na troca de fralda, quando se alimenta, nas brincadeiras e nas interações em grupos.

Evidencia-se que a função da instituição de conhecer seu público, neste caso, as crianças, considerando todas e cada uma como pessoa de direito, com uma história particular, advinda de diferentes contextos familiares, com características e necessidades individuais. Nesse movimento que se dá em ambiente coletivo, é preciso se preocupar com ela, porque entende-se que a criança é ao mesmo tempo única, mas também parte de um todo, um grupo, e deve ser inserida num processo participativo para que seja possível atender suas necessidades e permitir sua expressão.

Nessa dinâmica, uma das funções da creche é possibilitar que as crianças usufruam de atividades que desenvolvam suas capacidades de comunicação, que podem ocorrer através de musicalizações, cantigas de rodas, brincadeiras dirigidas, conversas formais e informais, as quais contribuem para que elas possam perceber e verbalizar como se sentem, promovendo o

autoconhecimento e autodomínio, o que favorece para o autorrespeito, sendo esta uma das condições que garantem que ela respeite o outro também.

Ainda nas creches, outra importante ação clara no documento é possibilitar que **“Nossas crianças têm direito a expressar seus sentimentos”** (Brasil, 2009, p. 25) como alegrias, tristezas, frustrações, medos e outras reações emocionais. Os sentimentos expressos pelas crianças devem ser entendidos pelo educador e, em alguns casos, ensinados a elas como lidar com eles, apoiando para o desenvolvimento do autocontrole ao se defrontarem com impulsos e desejos, aprendendo sobre regras e limites.

Ao garantir direitos como atenção individual e a expressão de seus sentimentos, apresentamos às crianças o universo dos sentimentos, das emoções e frustrações, o que ensina as crianças a entender e lidar com sentimentos próprios da infância, e que as auxilia na saúde emocional para vida adulta. Ao acolhê-las com atitudes carinhosas, simpáticas e explicativas, possibilita-se o entendimento do que sente e as causas, e de forma gradual, as suas capacidades de entendimento emocional vão se regulando, contribuindo para o desenvolvimento e aprendizagens.

O documento indica também que **“Nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e a amizade”** (Brasil, 2009, p. 24, grifos nossos), pois não diferente de outras instituições de educação, todas as ações mediadas ou livres direcionam apoio necessário para que as crianças entendam que seus comportamentos, condutas e atitudes impactam o próximo. Nas atividades rotineiras que promovem a socialização de diferentes crianças, aprende-se o valor do respeito, da amizade, de acolher e aprender com o outro e que atitudes de violência não são aceitas.

Por ser uma instituição que recebe muitas e diferentes crianças, inclusive de diferentes faixas etárias, é função a promoção de um ambiente coletivo, possibilitador de socialização com os pares através do cuidado de si e com o outro. Também se tem como função ensinar por meio do convívio coletivo nas rotinas, brincadeiras e atividades a se comunicar e interagir com o grupo de forma democrática e respeitosa em momentos e situações em que as crianças devem se virar sozinhas e em outros fazer concessões, porque promover uma relação de respeito e reflexões sobre como suas ações impactam o ambiente e o outro possibilita um convívio coletivo harmônico e promove atitudes condizentes com a ética.

Com relação ao período de adaptação, é expresso no documento que **“Nossas crianças têm direito a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche”** (Brasil, 2009, p. 26 grifos nossos), momento em que devem se sentir queridas, tratadas com atenção em seus sentimentos e comportamentos, e oportunizar seu bem-estar e de sua família. Como dito em outros momentos, a ação da creche contempla a ação da família e requer de

atenção especial no período de adaptação, momento que um familiar, objeto pessoal da criança, rotina e horário flexível deve se adequar à necessidade e o bem-estar da criança para que eventuais situações como choro excessivos, inseguranças, sensações de medo ou pânico sejam minimizadas.

Por ser uma instituição que recebe bebês e crianças muito pequenas, algumas delas não conseguem expressar verbalmente seus sentimentos, e por isso elas precisam de uma atenção especial em seu período de adaptação, porque, para algumas, o ambiente da creche é o primeiro local que ela se estabelece em sociedade, que não seja o mesmo de sua casa. Por este motivo a creche tem como função dispor de estratégias pedagógicas que desenvolvem e ensinam sobre autoconfiança, conforto, autonomia através de diferentes atividades lúdicas com tintas ou massinha, diferentes brincadeiras, músicas, teatro, contação de histórias, entre outras, que promovem a socialização de conhecimentos sobre o ambiente, as pessoas, regras e rotina, entre outros.

A creche quando garante conforto no período de adaptação, ensina e prepara as crianças para diferentes ambientes e convívios coletivos, e atrai o interesse e a curiosidade com objetivo de dar um conforto emocional para que ela entenda sobre a vida em sociedade. Lembrando que o período de adaptação varia de criança para criança, pois se entende que cada um tem seu tempo e este deve ser respeitado.

Já estabelecidas e adaptadas na creche, as crianças interagem com as demais, e o documento cita a importância de que **“Nossas crianças têm direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa”** (Brasil, 2009, p. 27, grifos nossos), se relacionando com diferentes culturas. O ambiente de educação infantil - creche é riquíssimo em promoção de socialização de diferentes identidades culturais, raciais e religiosas. As crianças inseridas no contexto da creche desenvolvem e ampliam por meio da socialização saberes sobre a autoestima, começam a entender seus direitos e deveres, valorizam seu eu (corpo e aparência) e aprendem sobre o respeito em relação a diferentes expressões culturais, familiares e religiosas, situações que devem ser cuidadas pelo educador para que não haja qualquer tipo de discriminação.

No convívio coletivo que é estabelecido nas instituições creche, as crianças participam das atividades dirigidas e corriqueiras trazendo de si um repertório próprio, através de suas vivências e experiências, e é possível que elas entendam que a sociedade é composta por diferentes culturas, raças, cor, etnias, religiões, entre outras.

Pensando na função da creche de garantir que nas interações entre as crianças, que ocorrem através das atividades concretas e imaginárias, das conversas formais e informais, o

entendimento sobre o eu e o outro no contexto da sociedade, como, por exemplo, que todos tenham os mesmos direitos e deveres, seja em relação às socializações, aos brinquedos e às brincadeiras ou limpar e organizar os ambientes após o uso. Nessas interações, é possível ensinar sobre o respeito, a empatia, a ética e os valores, estabelecendo uma construção e socialização de conhecimentos, habilidades e competências que permitam o desenvolvimento desses saberes, condutas e comportamentos necessários para vida em sociedade.

Nas interações, podem ficar dispostos brinquedos com acesso a todas as crianças, o que fica claro no documento que **“Nossas crianças têm direito a brincadeira”** (Brasil,2009, p. 14, grifos nossos), portanto, ao mesmo tempo que eles brincam, aprendem sobre o valor, a conservação, a limpeza e o cuidado ao guardar de forma organizada e apropriada os brinquedos que não serão mais usados naquele momento. As brincadeiras, além de divertidas e prazerosas, são elementos que permitem desenvolver habilidades não só de coordenação motora e autonomia, mas habilidade de desenvolvimento neuropsicomotor.

Vive-se em uma época em que as crianças têm cada vez mais acesso à tecnologia, brincam e aprendem com diferentes recursos tecnológicos como celular, tablet, computadores, entre outros, movimento que acontece muitas vezes de forma individual e não favorece a relação saudável entre as pessoas. Contrariando essa tendência, as atividades com brinquedos e brincadeiras são ricas em promoção de interação entre as pessoas e as creches têm um papel de fundamental de assegurar que o direito às brincadeiras seja garantido.

Como a função da creche é garantir que nas brincadeiras que ocorrem nesses espaços sejam possibilitadas as relações sociais entre as pessoas e que elas experimentem, testem hipóteses, imaginem e busquem encontrar formas de se relacionar com o outro e com o mundo. Retomando sobre as atividades que ocorrem nas creches, as brincadeiras são ricas em possibilidades e é possível que através delas as crianças atribuam valores e significados aos objetos, sobre seus usos e sentido, e aprendem a reconhecer possibilidades de ver o mundo de diferentes maneiras, contribuindo para formação de uma pessoa que conhece, interage, defende, argumenta, entre outros.

Com relação à limpeza, o documento indica que **“Nossas crianças têm direito à higiene e à saúde”** (Brasil,2009, p. 19, grifos nossos) e para favorecer o bem-estar das crianças, o ambiente precisa estar sempre limpo e conservado, pois locais providos de cuidados se tornam mais aconchegantes e saudáveis. Como todas as instituições, as creches contam com profissionais que desempenham a função de manter uma rotina de higiene e organização dos espaços que recebem e são utilizados pelas crianças, e ao apresentar a criança um ambiente

limpo, ensina-se sobre o valor da higiene e da organização dos espaços, sobre o cuidado de como deve ser e o que fazer para manter a harmonia desses e de demais locais.

Através do uso e passeios possibilitados às crianças em diferentes ambientes da instituição como em repartições, que envolvem as salas, banheiros, lactários, cozinha e refeitório onde se movimentam muitas crianças e adultos, é função da creche apresentar a higiene e a organização dos ambientes, como o de cuidar durante o uso e sobre manter em bom estado de funcionamento. Não menos importante, outras atividades que ocorrem rotineiramente como banho, escovação, alimentação, entre outras, propiciam que as crianças socializem sobre autocuidado das crianças com si mesmas e com as outras, conhecendo e se relacionando com o próprio corpo, adquirindo hábitos que auxiliam e promovem desenvolvimento e aprendizagens que contribuí com sua saúde e bem-estar.

Outro ponto que o documento vai abordar é que **“Nossas crianças têm direito a uma alimentação sadia”** (Brasil,2009, p. 19, grifos nossos) favorecendo alimentos apropriados para cada idade, preparados e organizados para que sejam consumidos em ambientes adequados e tranquilos, ofertando diferentes tipos de alimentos como frutas, verduras e legumes. O ambiente da creche é propício para ensinar sobre alimentação saudável, porque as influências do coletivo possibilitam oportunidades de socializar gostos, sensações, experimentações que contribuem para amplos conhecimentos que envolvem diferentes cores, formas, texturas, aromas e ao mesmo tempo se atenta em conhecer e respeitar restrições e intolerâncias por determinados alimentos.

Como função da creche é apresentar às crianças tanto sobre a importância de ter bons hábitos alimentares e seus benefícios a saúde como também o de proporcionar conhecimentos sobre os diferentes alimentos através das cores, texturas, sabores, formas entre outros, este momento oportuno também pode auxiliar as crianças para fase de transição, na qual elas começam a se alimentar sozinhas, utilizando mamadeira, copo e talheres.

Conforme foi apresentado resumidamente o documento “Critérios para um Atendimento em Creche que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças” com seus dozes temas, que abordam conteúdos que consideramos ser ações que, se realizadas em creches, priorizam os direitos da criança e trazem contribuições com informações sobre o atendimento que cumpra as funções de cuidar e educar garantindo esses direitos. O documento ainda propõe indicadores para que as creches reflitam sobre a qualidade do seu atendimento às crianças pequenas.

É importante conhecer esse documento e ter clareza de que as crianças precisam ter seus direitos garantidos nas creches, instituições essas que, de acordo com o DCNEI, cuidam e

educam crianças de zero a três anos e 11 meses de idade em períodos diurnos, em jornadas integral ou parcial, e é dever garantir qualidade em seu atendimento, sem critérios de requisitos.

A mencionada DCNEI, documento que oportuniza um entendimento sobre a funcionalidade da creche, que é de caráter educativo, essas instituições precisam garantir em suas propostas o respeito às crianças nos seguintes princípios básicos:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades;

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;

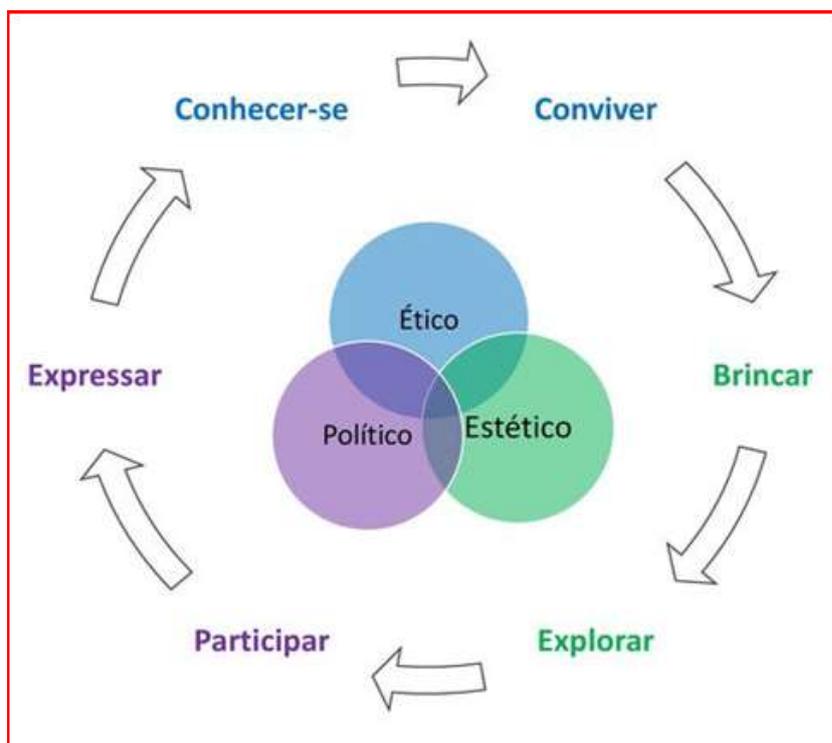
III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (Brasil, 2009, p. 2).

São princípios da educação infantil que se complementam e expressam uma formação fundamentada na integralidade do ser humano, postos tanto nas DCNEI como na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por meio da definição de seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, os quais pretendem assegurar:

[...] condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (Brasil, 2017, p. 35).

Apresenta-se a seguir os 3 princípios básicos entrelaçados e relacionados aos direitos de aprendizagem.

Imagem 01: Representativo dos princípios básicos com os direitos de aprendizagem.



Fonte: <https://fernandaclimaco.com.br/ela-vem-chegando-bncc-na-educacao-infantil/>

A imagem representa os princípios básicos que devem estar nas propostas pedagógicas da educação infantil — creche, que têm potencial para garantir esses seis direitos de aprendizagem da criança nessas instituições. Para facilitar a compreensão, cada princípio relacionado aos seus direitos de aprendizagem será explicado que, se cumprido pelas instituições, estará desempenhando sua função social.

Com relação ao princípio Ético, ele se relaciona aos direitos de aprendizagem de conhecer-se e conviver. Ao receber uma criança, a creche tem função de apresentar nas várias experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar, possibilidades de conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, construindo uma imagem positiva de si e de seu grupo de pertencimento tanto em contexto familiar como comunitário.

Nas relações com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, a função da creche é promover vivências e experiências que possibilitem o conviver com responsabilidade, solidariedade e respeito com as diferenças em relação à cultura e às pessoas de modo a promover a sua autonomia, a participação e expressão das crianças.

Outro importante princípio político está relacionado ao direito de expressar e participar, embora ainda seja complexo, já que por longos anos as crianças sequer eram

percebidas pela sociedade. O direito de expressar está cada vez mais associado à educação, pois ela tem função de formar cidadãos críticos, que se consideram no coletivo e no individual como sujeitos dialógicos, com necessidades, opiniões, questionamentos por diferentes linguagens e possibilidades dadas na creche.

Nessa direção, a creche tem como função oportunizar às crianças a participar ativamente do seu processo de desenvolvimento ao realizarem atividades de vida cotidiana, tal como na escolha de brincadeiras, materiais, alimentos e vestuários. Sua função é de ensinar às crianças bem pequenas a opinar, ouvir, respeitar e manifestar desejos, necessidades, acontecimentos, sentimentos, ideias ou conflitos.

Já o princípio estético está relacionado ao brincar e explorar. Atividade de fundamental importância na infância que acontece cotidianamente no ambiente educacional. É função da creche propor diariamente o brincar de diferentes formas, em diferentes espaços e tempos, com crianças e adultos diversificando e ampliando a cultura, o conhecimento, imaginação, criatividade, experiências emocionais, corporais, sensoriais, cognitivas, expressivas, sociais e relacionais, o que possibilita aprender sobre diferentes funções sociais e culturais.

Através do brincar, a criança explora meio, forma, sensibiliza, aprecia, imagina e cria capacidades importantes para seu desenvolvimento. A creche possibilita que as crianças explorem por meio do contato com diferentes tipos de manifestações artísticas e culturais, o que possibilita vivenciar experiências diversas, que estimulem sua sensibilidade e valorizem seu ato criador. Desta forma, por meio de sensações, que devem ser as mais diversificadas possíveis, as crianças desenvolvem sua percepção que, conseqüentemente, contribui para se tornarem criativas.

Para finalizar esta seção, é importante esclarecer que a função da creche não se destina a uma, duas ou três palavras, pois sua função é ampla, quer seja em relação ao cuidar e educar, a promover socialização, aprendizagens e desenvolvimento, como a de possibilitar e assegurar os mais diferentes direitos das crianças. Apresentados os pressupostos da pesquisa, a seguir, apresenta-se a metodologia.

#### 4 RECORTES METODOLÓGICOS

Nesta seção, apresentam-se os recortes metodológicos e no que diz respeito à abordagem do objeto segundo a natureza de dados. A pesquisa é qualitativa, pois esta opção possibilita ter uma visão ampla do cenário pesquisado e favorece estudar aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Tal abordagem:

[...] não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (Godoy, 1995, p. 58).

Assim, a abordagem qualitativa permite um estudo compreensivo sobre o contexto da creche em relação à sociedade a que pertence, apresentando a realidade que não pode ser quantificada, o que seria a melhor forma de compreender o objeto estudado em suas múltiplas facetas.

Tendo como objetivo compreender como os pais ou responsáveis pelas crianças atendidas pela creche do município de Inocência-MS entendem que seja sua função social, se considera que ela é descritiva e exploratória.

Conforme Gil (1991), a investigação é descritiva porque privilegia trazer com riqueza de detalhes o cenário do objeto de estudo, no caso, a creche do município. Buscou-se conhecer a sua história, com intencionalidade de apresentar informações detalhadas, fatos e características presentes na educação infantil do município, especificamente do atendimento em creche, o qual dispõe de um único espaço de atendimento deste nível de ensino, sendo ele o Centro de Educação Infantil (CEINF) Margarida Tomázia de Paula – Vó Nona.

Assim, procurou-se conhecer, por meio do levantamento de dados na secretaria municipal de educação e na própria instituição, de que forma está estruturada a creche desde o processo de sua criação. A partir dessa intenção e com a anuência da secretaria municipal de educação, fomos a campo e como primeira etapa desse movimento foram recolhidos os seguintes documentos básicos que regularizam seu funcionamento: Lei de criação; História da creche e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição. Cabe destacar que, o município não dispõe de documentos estruturariam uma Política Municipal de Educação Infantil.

Destaca-se que, nesta etapa, submeteu-se à análise dos documentos, buscando desvendar como está organizada atualmente a educação infantil no município; com quantos

segmentos conta a instituição; quantas crianças são atendidas em cada segmento; números de profissionais, graduação e especialização do corpo docente, entre outros.

Considerando ainda que o objeto escolhido é pouco conhecido e que não há outro estudo realizado sobre ele, a pesquisa também é considerada exploratória, pois visa descobrir o que a comunidade pensa a respeito da creche. Nas afirmações de Santos (2002, p. 26-27) “[...] explorar, abre a possibilidade ao pesquisador de obter informações a respeito do assunto, e até mesmo revelar ao pesquisador novas fontes de informação”. Dessa forma, pretendeu-se entender o que pensam alguns pais ou responsáveis pelas crianças de diferentes segmentos da creche sobre sua função social e com essa intencionalidade se buscou colaboradores.

Já na creche, analisou-se os relatórios de matrículas e anotações de possíveis participantes como: (nome completo, idade, grau de escolarização, local de trabalho, telefone para contato, entre outros). De posse destas informações, organizou-se uma lista de colaboradores, onde, em contato com cada um deles via ligação, iniciou-se a conversa com uma breve apresentação e, dando sequência, propôs-se o convite para participar da pesquisa. A partir de suas respostas, conseguiu-se uma relação dos pais ou responsáveis que aceitaram contribuir.

Em posse dessa relação, optou-se por encontrar uma regularidade na escolha dos participantes e utilizado como critério de seleção dos colaboradores o entendimento de que, por ser a única creche do município, a instituição atende famílias com diferentes graus de escolarização, desde sem escolarização a ensino superior. Dos 30 entrevistados, o que representa 16% das famílias atendidas pela instituição municipal, optou-se pela contribuição dos seguintes participantes:

Tabela: Quantitativo de participantes por escolaridade.

<b>Nº Participantes</b>	<b>Nível de escolarização</b>
2	Sem escolarização
1	Ensino Fundamental I
2	Ensino Fundamental II
11	Ensino Médio
14	Ensino Superior

Fonte: elaborada pela autora.

Com os perfis de participantes previamente organizados, fomos a campo para ouvir essas pessoas e utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista do tipo semiestruturada, o que possibilitou uma interação e um clima de aceitação mútua entre o entrevistador e entrevistado, de forma que não tivesse uma atmosfera influenciadora ou hierárquica, e as informações fluíram de maneira notável e autêntica. Esse tipo de entrevista favoreceu desenrolar “[...] a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (Ludke; André 1986, p. 34). É importante ressaltar que, as entrevistas foram gravadas em um aplicativo no aparelho celular, com o objetivo de captar toda e qualquer informação como forma de preservar o conteúdo original.

Com todas as entrevistas realizadas, estas foram transcritas e as informações tratadas e analisadas tendo como referência a técnica de Análise de Conteúdo, que se refere a:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin 2011, p. 47).

De acordo com Bardin (2011), o procedimento de Análise de Conteúdo se estrutura em três etapas fundamentais, sendo pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na primeira etapa, chamada de análise, organizou-se todo material que foi recolhido. Fez-se o que Bardin (2011) chama de leitura flutuante, que é o contato direto com os documentos para conhecer e criar familiaridade com ele. Realizou-se uma leitura atenta dos textos com intuito de buscar percepção nas mensagens contidas neles, deixando-nos “[...] invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas” (Franco, 2008, p. 52).

Os materiais analisados envolvem as entrevistas com os pais ou responsáveis, algumas foram realizadas na casa ou no ambiente de trabalho dos entrevistados com horário marcado e outras na instituição ao final do dia quando os pais buscavam suas crianças. É importante lembrar que anteriormente já havia se explicado o intuito da entrevista e que ela seria gravada através de uma ferramenta de comunicação no celular, e os dados seriam transcritos sem exposição do nome do entrevistado.

Na fase destinada à transcrição das entrevistas, organizou-se o momento de escuta atenta, onde foi possibilitado ouvir várias vezes as mesmas perguntas e respostas com intenção de interpretar as mensagens transmitidas, e não foi feita qualquer observação, pois não houve necessidade.

Utilizou-se como Unidade de Registro as palavras-chaves que indicam o entendimento que os envolvidos têm sobre a função social da creche aplicadas nas respostas das entrevistas transcritas que, de acordo com Bardin (1977, p. 105) “[...] é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”.

Para firmar a compreensão, propiciar o entendimento e o significado das mensagens, buscou-se como Unidade de Contexto as respostas das perguntas realizadas aos entrevistados. “Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos” (Bardin, 1977, p. 101).

Essas técnicas possibilitaram codificar as respostas de todos os entrevistados e entender a mensagem transmitida, o que facilitou a organização dos recortes, bem como os “grifos nossos” fornecidos nas transcrições das falas dos envolvidos, e ainda possibilitou serem agrupadas e aproximadas, o que é chamada de categorização, tendo como intuito encontrar uma regularidade entre as respostas, o que contribuiu na orientação e preparação dos resultados.

Analisou-se todo conjunto das entrevistas tendo como referência a busca sobre a Função Social da Creche na percepção dos pais. A partir das ideias recorrentes e e/ou marcantes, três grandes eixos temáticos de análise foram organizados:

- 1) O entendimento sobre a importância da creche;
- 2) A compreensão da função da creche;
- 3) Grau de satisfação com o atendimento da creche.

Feito todo tratamento dos dados, partiu-se para a terceira e última fase da análise de conteúdos, na qual se apresentou a inferência e interpretação dos dados. Buscou-se nessa etapa a significação das mensagens através de uma análise reflexiva e crítica. Cabe sinalizar que, primeiramente, serão apresentados os dados e informações relacionadas ao município, à instituição e, em seguida, os dados tratados destacados nos três grandes eixos já mencionados, os quais serão o foco da seção seguinte.

## 5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A cidade de Inocência/MS é reconhecida por estar em pleno desenvolvimento. É uma cidade pequena, povoada por aproximadamente 8,4 mil habitantes, de acordo com o Censo 2022. Inicialmente, foi povoada por criadores de gado, que chegaram em busca de melhores pastagens para seus rebanhos, sendo ainda a agropecuária a principal atividade econômica nos dias atuais.

Imagem 02- Foto da cidade de Inocência localizada no estado de Mato Grosso do Sul.



Fonte: <https://camarainocencia.ms.gov.br/pagina/nossa-cidade>

Por outro lado, recentemente a atividade agrícola vem ocupando espaço na região com as plantações de seringueira e eucalipto, esta segunda cresce a cada dia e desempenha um papel importante no cenário socioeconômico municipal e também estadual. Isso porque grandes empresas do ramo se estabeleceram na região, sendo elas a Eldorado Brasil e Arauco/Mahal, que investem em florestas plantadas de eucalipto, com intuito de produzir madeiras, que são transportadas para as fábricas para serem transformadas em celulose.

Inclusive, recentemente foi confirmado que o município de Inocência receberá em 2024 a preparação dos canteiros de obras para construção de uma gigantesca fábrica de

celulose<sup>4</sup>, pertencente à empresa chilena Arauco. De acordo com notícias de *sites* estaduais, a empresa investirá cerca de 28,3 bilhões de reais na construção da fábrica, explicando o desenvolvimento que se encontra o município, que prevê receber aproximadamente 12 mil trabalhadores para construção da fábrica. Nesse contexto, em que estas atividades são rurais, há um deslocamento de trabalhadores que saem da zona urbana para a zona rural, já que a maior frente de trabalho é a plantação de florestas, que envolve semeadura e plantio, cultivo e supervisão de forma a combater pragas e doenças que ameaçam o desenvolvimento da planta, explicando assim a necessidade da grande mão de obra.

São essas as atividades que geram muitos empregos no município e atualmente movimentam o comércio local, já que os trabalhadores dessas empresas são moradores locais nativos ou imigrantes que se estabeleceram na região por conta da oportunidade de emprego. Não se pode deixar de destacar a fábrica de derivados do leite- Laticínios Aporé, que também gera muitos empregos, contando atualmente com aproximadamente 200 funcionários diretos e indiretos, há ainda outras pequenas indústrias, que desempenham importante papel na atividade econômica, bem como o comércio local e a prefeitura que também são responsáveis pela geração de empregos.

Parte desses trabalhadores, que possuem filhos na faixa etária de seis meses a três anos e 11 meses, tem por opção matricular as crianças na única creche do município, a qual atende toda demanda da cidade. O intuito das famílias é que as crianças fiquem bem cuidadas e alimentadas, além de confiar na responsabilidade da equipe de educação infantil e também porque não têm condições financeiras para arcar com as despesas de uma babá que cuide de seus filhos enquanto trabalham.

A creche que atende toda essa demanda tem como histórico de fundação uma iniciativa assistencialista cujo objetivo era atender aos menores filhos de trabalhadores. Foi inicialmente chamada de PROMAM<sup>5</sup> (Programa Municipal de Atendimento aos Menores) e tinha por intencionalidade oferecer às crianças da faixa etária de sete meses a três anos um espaço seguro e de alimentação enquanto suas mães trabalhavam e não tinham onde deixá-las.

---

<sup>4</sup>Essas são informações que constam nas mídias do município e do estado, sites da prefeitura e da empresa Arauco, conforme fonte <https://www.inocencia.ms.gov.br/portal/noticias/0/3/2581/prefeitura-de-inocencia-celebrassinatura-do-termo-para-instalacao-da-fabrica-da-arauco-e-projeto-de-ferrovia/>

<sup>5</sup>Informações retirados do Projeto Político Pedagógico da instituição pesquisada.

### 5.1 A Creche do município de Inocência-MS (CEINF Margarida Tomázia de Paula-Vó Nona)

A creche CEINF Margarida Tomázia de Paula-Vó Nona está localizada no município de Inocência/MS. Atualmente, vinculada à Secretaria Municipal de Educação desde 29 de junho de 2000, sob a Lei nº 462/2000, o CEINF, como já mencionado anteriormente, é a única creche do município.

Imagem 03- Foto da fachada da instituição.



Fonte:

Com autorização para funcionamento da Educação Infantil sob a Deliberação CEE/MS nº 10.863 de 14 setembro de 2016, a instituição investigada opera na Rua Albertina Garcia Dias, S/N - Jardim Bom Jesus, de segunda a sexta-feira, das 6h30min às 17h e atende a toda demanda municipal na faixa etária de zero a quatro anos.

O prédio tem a arquitetura padronizada (RODAPÉ Projeto padrão do FNDE com a planta das creches construídas pelo governo federal, link <https://portel.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/PLANTA-BAIXA-1.pdf>), semelhante às outras creches construídas pelo governo federal no Brasil, possui em sua fachada o bloco administrativo, onde fica a secretaria da escola, sala dos professores, diretoria, almoxarifado e sanitários masculino e feminino para adultos. Adentrando em seu interior, tem um grande pátio bem arejado e

iluminado, composto de mesas para refeição das crianças, um pula-pula, uma casinha de bolinhas e um grande banco de alvenaria. De frente com o pátio à direita, tem-se o bloco de serviços, onde dispõe a rouparia, lavanderia, copa para funcionários, depósito de material de limpeza, vestiários masculino e feminino, despensa, cozinha, bufê e lactário.

Com um pequeno espaço entre o bloco de serviços e no mesmo lado direito começam as salas destinadas às crianças do berçário, a sala é composta de uma grande sala para atividades, outra com banho e fraldário, outra para sono e um solário. Este bloco possui quatro salas, todas com essas mesmas repartições e fica nessa sequência os seguintes segmentos: Berçário I, Berçário II-A, Berçário II-B, Berçário II-C.

Em frente à entrada principal, à esquerda, tem-se duas salas projetadas, sendo uma para ser a biblioteca e a outra a sala de informática, mas, atualmente, são usadas como sala de atividades, por não serem pensadas arquitetonicamente para a função, sendo apenas um ambiente de tamanho menor do que os demais, pertencente ao segmento Maternal I-A e Maternal I-B. No mesmo sentido, ao lado dessas salas, há um complemento multiuso, contando com sanitários para meninos e meninas, com lavatórios, banheiros adequados para as crianças e duchas para banho, e ainda tem-se nessa mesma repartição sanitários para adultos e para pessoas com deficiências. Na sequência, tem-se outras salas, o Maternal I -C, Maternal II-C, Maternal II-B, Maternal II-A, as quais, além da sala de atividades, possuem solário e somente nas duas últimas há a sala do sono.

Ao final dos pavilhões, o parquinho de areia, com uma grande quantidade de areia branca, ao ar livre, que proporciona às crianças brincadeiras no escorregador, balanço, gangorra, gira-gira e com a própria areia.

Para manter o seu funcionamento, a instituição conta 73 funcionários lotados em diversas funções administrativas, sendo elas:

- 01 diretor;
- 02 coordenadoras pedagógicas;
- 01 nutricionista;
- 19 professores em sala;
- 01 professora readaptada;
- 31 pajens;
- 01 secretária escolar;
- 02 serviços de vigilância;
- 06 auxiliares de serviços diversos;

- 03 merendeiras;
- 03 auxiliares de cozinha;
- 02 lactaristas;
- 01 lavadeira/passadeira.

Em destaque, a respeito ao perfil do corpo docente da instituição, há professores regentes lotados com 20h e 40h, outros lotados com função de professores de apoio às necessidades especiais, que auxiliam nas salas com crianças que possuem laudo ou que estão em investigação para possíveis necessidades de apoio escolar. As 20 professoras são graduadas e, em sua maioria, com pós-graduação. Com relação à experiência como professora na instituição, a maior parte do corpo docente tem mais de cinco anos de atuação, a saber:

Tabela 01: Dados referente ao perfil do corpo docente da creche.

<b>Docentes</b>	<b>Pós-graduação</b>	<b>Tempo de atuação</b>	<b>Carga horária</b>
Professora 1	Não	1 ano	20h
Professora 2	Não	2 anos	40h
Professora 3	Sim	2 anos	40h
Professora 4	Sim	16 anos	20h
Professora 5	Sim	26 anos	20h
Professora 6	Sim	26 anos	20h
Professora 7	Sim	7 anos	40h
Professora 8	Sim	10 anos	40h
Professora 9	Sim	14 anos	20h
Professora 10	Sim	4 anos	20h
Professora 11	Sim	10 anos	20h
Professora 12	Sim	23 anos	40h
Professora 13	Sim	10 anos	20h
Professora 14	Sim	10 anos	20h
Professora 15	Não	1 ano	20h
Professora 16	Sim	4 anos	20h
Professora 17	Sim	9 anos	20h
Professora 18	Não	1 ano	20h
Professora 19	Não	1 ano	40h

Professora 20	Sim	17 anos	20h
---------------	-----	---------	-----

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados levantados na instituição no ano de 2023.

Apresentado o perfil do corpo docente, é importante trazer que a instituição tem aumentado a procura por matrículas, o que se espera já que a cidade se encontra em processo de crescimento, conforme os dados abaixo:

Tabela 02: Dados anuais de matrículas.

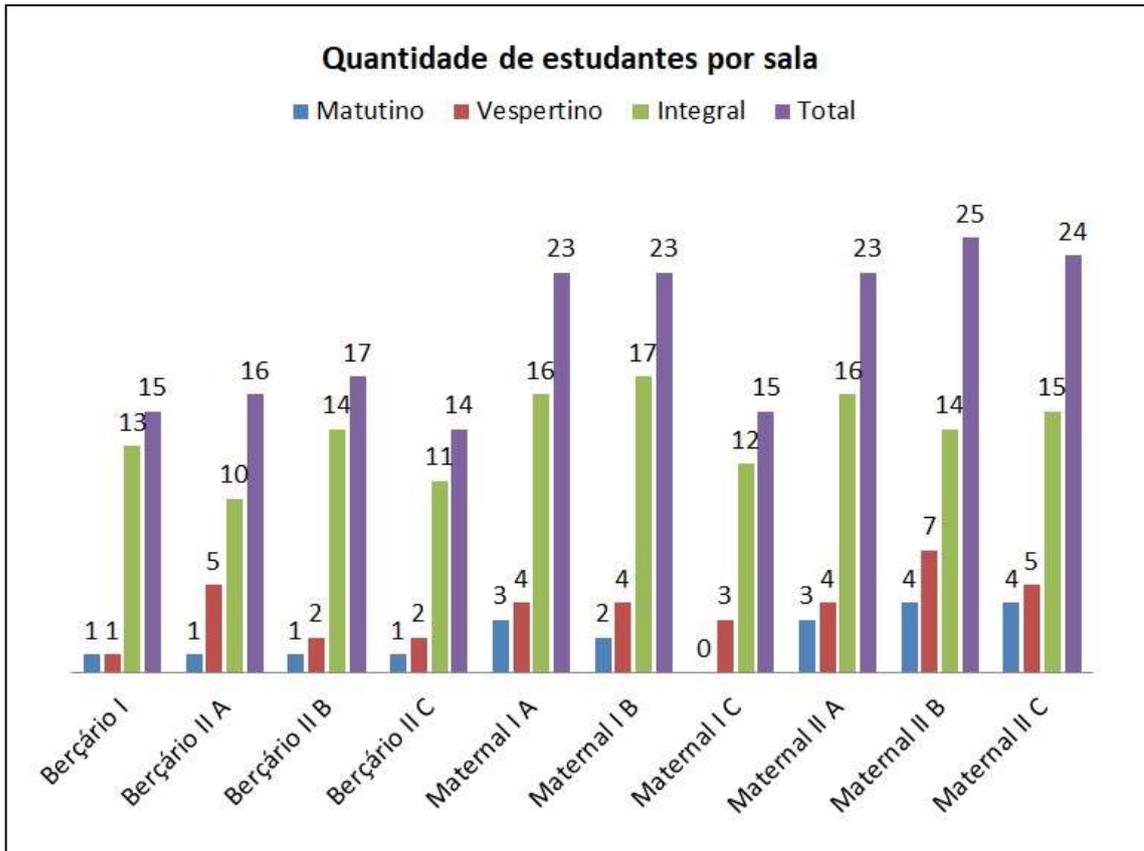
Ano	Número de matrículas
2019	136
2020	145
2021	145
2022	153
2023	195

Fonte: elaborado pela autora com dados do Censo INEP- 2023.

O crescimento no número de matrículas se dá devido ao aumento populacional decorrente do progresso e desenvolvimento do município com a instalação de grandes empresas que estão se estabelecendo no município, movimentando olhares tanto de trabalhadores quanto de investidores de outras localidades.

Para a organização das crianças matriculadas na creche, fez-se um arranjo por faixa etária e período (matutino, vespertino e integral), conforme comentado, com segmentos que atendem a bebês e crianças bem pequenas, e estão organizadas de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 02: Dados acerca do número de crianças matriculadas no CEINF.



Fonte: elaborado pela autora com dados da instituição em 2023.

No total de 195 crianças atendidas, utilizou-se no sistema de matrícula um filtro como mecanismo de busca para identificar crianças da mesma família, permitindo a localização de oito crianças matriculadas no CEINF que são irmãs, ou seja, do mesmo núcleo familiar, o que resulta num total de 191 famílias atendidas pela creche.

Para levantar o perfil socioeconômico dessas famílias, organizou-se um bilhete impresso e, em seguida, este são enviados para elas com intenção de recolher dados sobre o grau de escolaridade dos responsáveis pelas crianças atendidas.

Imagem 04: Bilhete enviado às famílias em busca de dados sobre a escolaridade.

SENHORES PAIS OU RESPONSÁVEIS

GOSTARIAMOS QUE O RESPONSÁVEL PELA CRIANÇA MATRICULADA NESSE CEINF, RESPONDESSE COM UM (X), A QUESTÃO SOBRE O SEU GRAU DE ESCOLARIDADE.

( ) SEM ESCOLARIDADE;

( ) FUNDAMENTAL I;

( ) FUNDAMENTAL II;

( ) ENSINO MÉDIO;

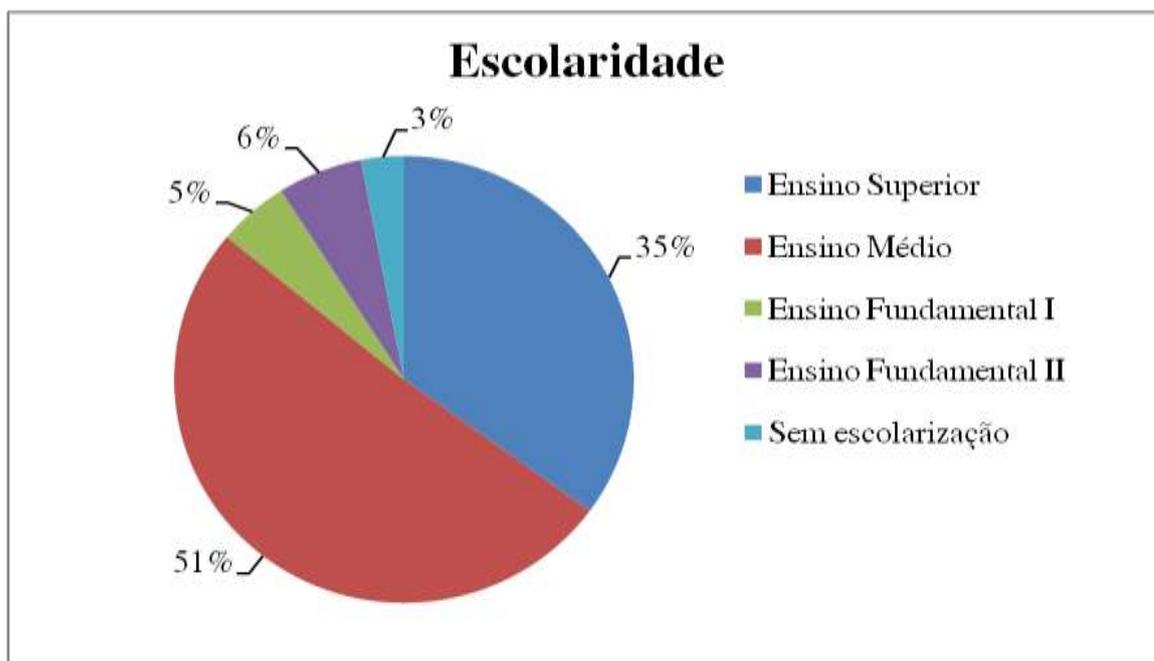
( ) ENSINO SUPERIOR.

ATENCIOSAMENTE A DIREÇÃO.

Fonte: arquivo disponibilizado pela instituição CEINF em 2023.

A figura apresenta o bilhete que foi entregue nas salas e encaminhado junto aos pertences das crianças aos seus responsáveis. Através da devolutiva, os dados foram organizados conforme se apresenta no gráfico a seguir.

Gráfico 03: Dados acerca de como se configura a escolarização dos responsáveis.



Fonte: elaborado pela autora com dados dos responsáveis pelas crianças no CEINF em 2023.

O gráfico evidencia como se configura a escolaridade da maior parte das famílias atendidas, em que predominam Ensino Médio completo, seguido do Ensino Superior. Salienta-se que o levantamento auxiliou a determinar o número de pessoas a serem ouvidas de todos os perfis.

Na seção seguinte, os dados obtidos nas entrevistas.

## 5.2 Dados da entrevista

O contato cotidiano com as famílias das crianças de uma turma de Maternal II possibilitou a escuta sobre os seus anseios em relação ao cuidado, atividades pedagógicas, tempo na creche, rotinas entre outras; fato que despertou o interesse em relação à exploração desse campo. A partir da minha experiência como professora de creche, houve a necessidade de ouvir as famílias para entender o que pensam ser a função da creche.

Esta necessidade de ouvir as famílias foi se delineando em contato com diferentes entendimentos sobre a função da creche por parte dos participantes, sendo que a pesquisa possibilitou ouvir por meio de entrevistas semiestruturadas suas representações acerca desses apontamentos. Assim, antes de trazer o entendimento dos envolvidos com a pesquisa, apresento alguns dados do perfil dos(as) colaboradores(as).

### 5.2.1 Os colaboradores da pesquisa

Na produção dos dados, teve-se como colaboradores 30 pais/responsáveis pelas crianças matriculadas no CEINF Margarida Tomázia de Paula- Vó Nona, única instituição do município de Inocência. Usou-se como critério de seleção o grau de escolaridade para compor a amostragem.

Em seção anterior, explicitou-se que a instituição recebe crianças advindas de famílias com diferentes graus de escolaridade, desde sem escolarização até com formação superior, o que influenciou a ouvir todos esses perfis como apresenta o quadro 01:

Quadro 3 – Escolaridade dos colabores da pesquisa.

<b>Escolarização</b>	<b>Quantidade</b>
Sem escolarização	02
Ensino Fundamental I incompleto	01
Ensino Fundamental II incompleto	02
Ensino Médio completo	10
Ensino Superior incompleto	01
Ensino Superior completo	14
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados levantados nas entrevistas, 2023.

De modo geral, a maior parte dos colaboradores da pesquisa se configura em escolarização de ensino médio e ensino superior completo, o que representa o próprio contexto das famílias responsáveis pelas crianças na creche, evidenciado na seção anterior que 86% das famílias tem esse grau de escolaridade, como exposto no gráfico 03.

Outro dado de perfil é acerca da idade dos colaboradores do estudo, cuja maioria está na faixa etária entre 30 e 40 anos.

Quadro 4 – Faixa etária dos colaboradores da pesquisa.

<b>Faixa etária</b>	<b>Quantidade</b>
Entre 20 e 30 anos	09
Entre 30 e 40 anos	18
Entre 40 e 50 anos	3
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados levantados nas entrevistas, 2023.

Já em relação à ocupação diária das famílias, apenas duas participantes dedicam o seu tempo aos afazeres domésticos, não possuindo vínculo empregatício; os demais indicam ocupações de trabalho fora de casa, como apresentado no quadro 3.

Quadro 5 – Ocupação dos colaboradores da pesquisa.

<b>Ocupação dos colaboradores</b>	<b>Quantidade</b>
Trabalhadores do comércio local, empresas e zona rural no município	25
Empresários	03
Sem vínculo empregatício	02
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados levantados nas entrevistas, 2023.

De modo geral, todos os perfis de participantes apresentados acima foram ouvidos, de maneira reservada, na presença apenas do entrevistador e o entrevistado, na própria creche, no local de trabalho e com alguns em suas casas. Outras informações a respeito das falas das famílias serão apresentadas na subseção seguinte.

## 5.2.2 Desvelando o entendimento sobre a creche

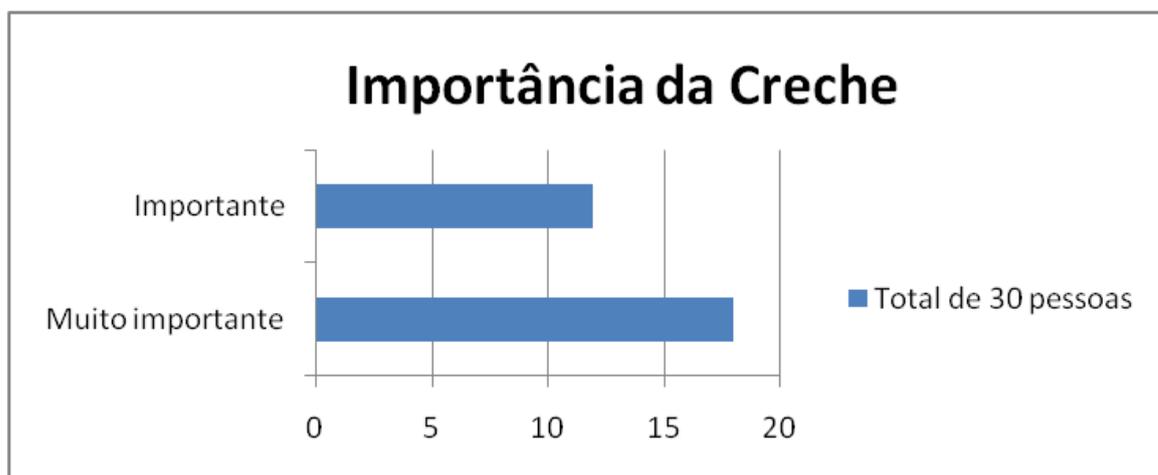
Pretendeu-se neste momento apresentar as análises do que foi ouvido através das entrevistas e descrito com um olhar atento às particularidades de suas respostas. Para tanto, buscou-se articular os dados coletados com o respaldo teórico que alicerça a presente pesquisa, com o objetivo de compreender o entendimento que os pais/responsáveis têm em relação à função social da creche.

Sendo assim, os dados foram organizados em três grandes categorias: I) O entendimento sobre a importância da creche; II) A compreensão da função da creche; e III) Grau de satisfação com o atendimento da creche, apresentados a seguir.

### 5.2.2.1 A importância da Creche na voz dos(as) responsáveis pelas crianças

Na primeira categoria, discutiu-se o entendimento dos envolvidos com a creche sobre sua importância social e se perguntou aos pais ou responsáveis o valor desta para sociedade. Houve unanimidade em relação ao entendimento de que estas instituições são sim importantes, destacando que, em algumas respostas, a creche é considerada muito importante conforme no gráfico a seguir:

Gráfico 05 - O entendimento da importância da creche para sociedade.



Fonte: produzido pela autora com base nos dados levantados nas entrevistas no ano 2023.

Os dados revelam que o entendimento dos(as) colaboradores(as) vai ao encontro do que está posto na legislação e nos textos acadêmicos, o que demonstra que elas compreendem de forma acertada que a creche é importante para a sociedade. Compreende-se que estas são instituições valiosas para o processo de desenvolvimento infantil que trazem vários benefícios para as crianças, pois são espaços que asseguram os seus vários direitos. São locais pensados e planejados para a promoção da educação, suas atividades e rotinas são intencionalmente



- Sim, muito importante. Porque ela permite que tenhamos uma liberdade de trabalho, porque saber que seus filhos estão sendo bem cuidados, num espaço próprio para isso, que foi feito para isso, a gente **consegue trabalhar tranquilo e sossegada**, sabendo que no final do dia as crianças vão estar lá bem e saudável, alimentadas e bem cuidadas. (Colaborador 4, grifos nossos)
- Sim. Aaaaah pra quem precisa, pai que **precisa trabalhar** o dia inteiro e para as crianças não ficar atoa, jogada. (Colaborado 6, grifos nossos)
- Sim, porque tem pessoas que **trabalham** que não tem como deixar com ninguém, piorou babá, porque tem gente que fica o dia todo fora e na creche a gente sabe que **está em boas mãos**, principalmente as pessoas carentes, eu falo por eles. (Colaborador 8, grifos nossos)
- Com certeza, se não tivesse creche várias pessoas não tinham como **trabalhar**, todo mundo que tem filhos, não só as famílias de classe média baixa, mas a de classe média alta também e eles atende os nossos filhos de igual pra igual, sem a creche **muitas mães não estariam trabalhando** nem, e teriam que ficar em casa cuidando dos filhos e só da casa. (Colaborador 11, grifos nossos)
- Sim, vixi... com certeza, porque tem muitas **mães que trabalham** nem e a muitas mães que não tem condições de pagar uma babá ou deixar com alguém ou até que não tem alguém aqui por perto eu acho que sim, temos que ter uma creche no nosso município pra fazer esse papel. (Colaborador 14, grifos nossos)
- Sim, porque mãe **só trabalha** se tiver uma pessoa de confiança ou um **lugar de confiança** e de **qualidade** pra deixar seus filhos. (Colaborador 20 grifos nossos)
- Sim, porque como **eu trabalho** muitas mães não têm com quem deixar, aí necessita, **é essencial na vida das mães**. (Colaborador 22, grifos nossos)
- Muito importante até porque **muitos trabalham** e não tem com quem **deixar e pagar alguém**, eu acho que é necessário. (Colaborador 24, grifos nossos)
- Sim, muito importante, pois tem **muitas mães que precisam trabalhar** e não tem com quem deixar os filhos, e o que elas ganham não vai dar pra elas comer, vestir, pagar aluguel... e... quantas mães estão chegando?! Que precisa. (Colaborador 25, grifos nossos)
- Sim, em primeiro lugar para que **os pais** possam sair, **possam trabalhar**, buscar o sustento, o pão de cada dia e as crianças terem um aprendizado, já ter noção do que é uma escola, ter noção de uma educação infantil ajuda muito os professores, chegando lá pronto para alfabetização. (Colaborador 26. grifos nossos)

Essas ideias estão relacionadas a resquícios históricos de como se constituiu a creche no contexto brasileiro. De acordo com Fúlvia Rosemberg (1984), a criação desse espaço foi vinculada à proteção dos filhos das mães trabalhadora, momento em que as mulheres começaram assumir atividades fora de casa e não tinham com quem deixar os filhos, o que induziu a reivindicação desses espaços para deixar suas crianças e pudessem adentrar ao mercado de trabalho por vontade ou necessidade.

É importante destacar que, nesse momento histórico, a CLT (1943) usava o termo “guarda” para se referir ao atendimento dos filhos dessas famílias, que foi substituído no ECA (1990) no lugar de “proteção e cuidado” empregado recentemente com maior frequência.

Para Rosemberg (1999), um dos termos empregados na creche, neste caso, o cuidado, ao substituir a palavra guarda na educação infantil, passou a designar uma função educadora, embora ainda não compreendida no imaginário social, dizeres esses que condizem com os argumentos dos(as) colaboradores(as) do município ao revelarem porque a creche é importante, a saber:

Sim, muito. Aaaaah! Para **cuidar das crianças**, os pais podem deixar as crianças e **poder trabalhar tranquilamente**. (Colaborador 27 grifos nossos)  
Porque tem **mães que trabalham**, que precisa, eu acho que tinha que ter mais que uma creche pela demanda da cidade, e é mais pelas **mães que precisa trabalhar e não tem com quem deixar seus filhos**. (Colaborador 30, grifos nossos)  
Porque a **gente deixa a criança** nem, hoje em dia **todo mundo tem que trabalhar** nem. (Colaborador 16, grifos nossos)

Cabe então apontar que, embora não apareça a palavra guarda, as falas dos colaboradores sinalizam para tal entendimento, pois eles verbalizam ser um local importante para deixar os filhos e irem trabalhar tranquilamente. Embora existam responsáveis que não conhecem a história da creche, essa justificativa faz parte das ideias do senso comum sobre o assunto, bem como da história de como surgiu a creche no município (que seguiu a mesma lógica do surgimento da instituição no país).

A partir desse entendimento, buscou-se correlacionar os dados com as informações de como se estruturou essa instituição no município estudado, visitando um dos documentos básicos que estruturam seu funcionamento: o PPP da instituição. Neste, encontrou-se dados que vão ao encontro aos dizeres dos pais, conforme transcrição a seguir:

[Histórico] O CEINF Margarida Tomázia de Paula – Vó Nona surgiu da necessidade de se ter um espaço reservado às crianças de 07 meses a 03 anos, enquanto **suas mães trabalhavam e não tinham onde deixá-las**.  
[Atualmente] A partir das seis horas e quarenta minutos, as pajens/atendentes já começam a receber as crianças, e/ou responsáveis das mesmas, **pois os pais têm que se dirigir ao trabalho**. (Vó Nona, 2023, p. 09)

Percebe-se que o documento afirma que a instituição municipal nasceu de uma iniciativa de guardar os filhos das mães trabalhadoras que não tinham onde deixá-los. Essa marca histórica de como se surgiu a creche, ainda é presente (e muito marcante) nos dizeres dos colaboradores do estudo e no documento, em que a preocupação primeira é com a necessidade das famílias (mães/pais), ao invés da criança; isso fica claro nos horários que regulamentam o funcionamento da instituição que são organizados para atender às necessidades dos pais (e também das pessoas que trabalham na instituição); a menor (ou nenhuma) importância é dada às necessidades das crianças.

Reforça-se a reflexão de que essa ideia também é compartilhada não só pelas pessoas que elaboram os documentos que regulamentam as práticas da creche, como também pelas que propõem as leis do município. Essa afirmação se baseia na recente aprovação da Lei nº 1.315/2023<sup>7</sup>, com o intuito de estabelecer critérios para preenchimento de vagas na única creche da rede de ensino de Inocência.

Elaborada e aprovada, a referida Lei elencava critérios que pontuam os requisitos existentes nas famílias para que a criança tenha direito a uma vaga na creche. Em destaque, o primeiro deles que é a prioridade para os filhos das mães trabalhadoras. A repercussão da aprovação foi negativa e, diante dos protestos fundamentados na Constituição, a Lei foi revogada<sup>8</sup>.

Esse indicativo da lei municipal nos dá pistas de que a instituição (até mesmo por ser a única do município) não está sendo suficiente para atender toda demanda, impulsionando a necessidade de um replanejamento que priorize quais crianças serão atendidas. No entanto, considera-se que, no planejamento das ações, haja a garantia do que está prescrito na legislação brasileira, criando formas paliativas de ações imediatas até que o problema seja resolvido de forma duradoura, mas nenhuma criança fique sem atendimento, bem como seja observado que nenhuma lei menor (municipal) possa sobrepor a maior (federal). Importante pontuar que não só a Constituição Federal, no seu Art. 208, como outros documentos legais (por exemplo o ECA, em seu art. 54) afirmam a creche como direito da criança, independentemente dos membros da família trabalharem ou não.

A LDB de 1996 ainda define a creche como parte primeira etapa da educação básica, portanto, um direito de todas as crianças, ainda que seja opção da família, precisa ter sua oferta garantida. Destaca-se também como muito importante que o atendimento às crianças não seja visto somente como estar cumprindo as leis, é necessário que haja qualidade no atendimento em todos os aspectos.

Isso quer dizer que não basta atender às crianças dos responsáveis que solicitam vagas, mas é necessário promover atendimento de qualidade e formar a consciência sobre a creche ser importante para a criança, por promover aprendizagens e o desenvolvimento infantil. Assim, é valioso ressaltar que as concepções acadêmicas e a própria legislação reconhecem a importância da creche ser primeira para as crianças, que são as protagonistas dessas instituições, diferente

---

<sup>7</sup> Publicada no diário oficial da Prefeitura Municipal de Inocência ( página 02) fonte:

[file:///D:/ARQUIVOS/DOWNLOADS/diario\\_2120-2023\\_-\\_assinado\\_19091655%20\(1\).pdf](file:///D:/ARQUIVOS/DOWNLOADS/diario_2120-2023_-_assinado_19091655%20(1).pdf)

<sup>8</sup> Publicação revogada oficializada pela Prefeitura Municipal de Inocência ( página 01) fonte:

[file:///D:/ARQUIVOS/DOWNLOADS/diario\\_2164-2023\\_-\\_assinado\\_29093032%20\(1\).pdf](file:///D:/ARQUIVOS/DOWNLOADS/diario_2164-2023_-_assinado_29093032%20(1).pdf)

do entendimento dos(as) colaboradores(as) que entendem a creche ter importância primeira para as famílias trabalhadoras (que será discutido também na categoria a seguir), o que não foi desconsiderado.

### **5.2.2.2 A função da creche nos dizeres dos responsáveis**

É importante retomar que, na categoria anterior, os(as) colaboradores(as) destacam a creche ser importante principalmente para as famílias, assim elas saem para trabalhar tranquilas sabendo que seus filhos estarão sendo bem cuidados. Complementa-se que a creche tem sim função complementar à ação da família (sendo importante para tal), mas que esta complementaridade é complexa, não se destina apenas a oferecer cuidados substitutos da ação familiar, que se restringem a guardar, proteger, alimentar e higienizar. Ainda que a instituição divida esta responsabilidade com as famílias, ela o faz com a função primeira de educar.

De acordo com a DCNEI, a função da creche de complementaridade da família se dá exatamente porque sua ação difere do cuidado realizado em casa, sendo suas ações mais complexas e não intuitivas, uma vez que acontecem de forma intencional, previamente planejadas para promoção do desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Já o documento Política Nacional para Educação Infantil indica que a ação do segmento de educação infantil — creche “deve-se pautar pela indissociabilidade entre cuidado e educação” (Brasil, 2009, p.17 ), sendo importante que se compreenda o cuidado como parte do processo educativo, isso porque são espaços de socialização e aprendizagens específicas as quais não acontece no ambiente doméstico, podendo até ser uma das primeiras experiências da criança fora do contexto familiar, e nessa direção a criança descobre que há um novo mundo além daquele que ela já conhece.

Haddad (1987) já afirmava que a creche é um contexto em que se estabelecem relações diferentes do ambiente familiar e que pode enriquecer o universo de relações da criança, além disso, a presença e atuação de profissionais especialistas em educação. Os ganhos não se restringem apenas em estar cuidados, higienizados e alimentados, os benefícios a essas crianças são diversos relacionados a conquistas motoras, emocionais, cognitivas, sociais e muito mais, oportunizando ao mesmo tempo que, quando cuidada, possa aprender e se desenvolver.

A partir das interações com outras crianças, na socialização entre os pares mediada com intencionalidade por parte dos educadores, é possível que as crianças se constituam cada vez mais como sujeitos de desejos, sentimentos, opiniões, verdadeiramente vivendo seus direitos, entre outras, pois cada indivíduo tem sua especificidade, seu tempo cognitivo, seus

desejos e necessidade. Tais contribuições demonstram como essas instituições são importantes para a sociedade.

Relacionado à função social da creche, Oliveira (2009) aponta três, a saber: a primeira é de complementar a ação da família, auxiliando nos cuidados e educação enquanto os adultos saem para o trabalho; a segunda é possibilitar que a criança usufrua seu direito à educação, entre outros, garantido por lei; e a terceira corresponde à função pedagógica, de ampliar os saberes que acontecem através da socialização de adultos e crianças.

Achou-se interessante trazer essas contribuições, pois nessa categoria de análise se procurou agrupar as indicações dos colaboradores que apontam claramente o seu entendimento sobre a função da creche e se encontrou nos dizeres dos entrevistados alguns desses entendimentos. Esse movimento permitiu que as respostas obtidas na entrevista fossem organizadas em três principais funções indicadas pelos colaboradores, a saber:

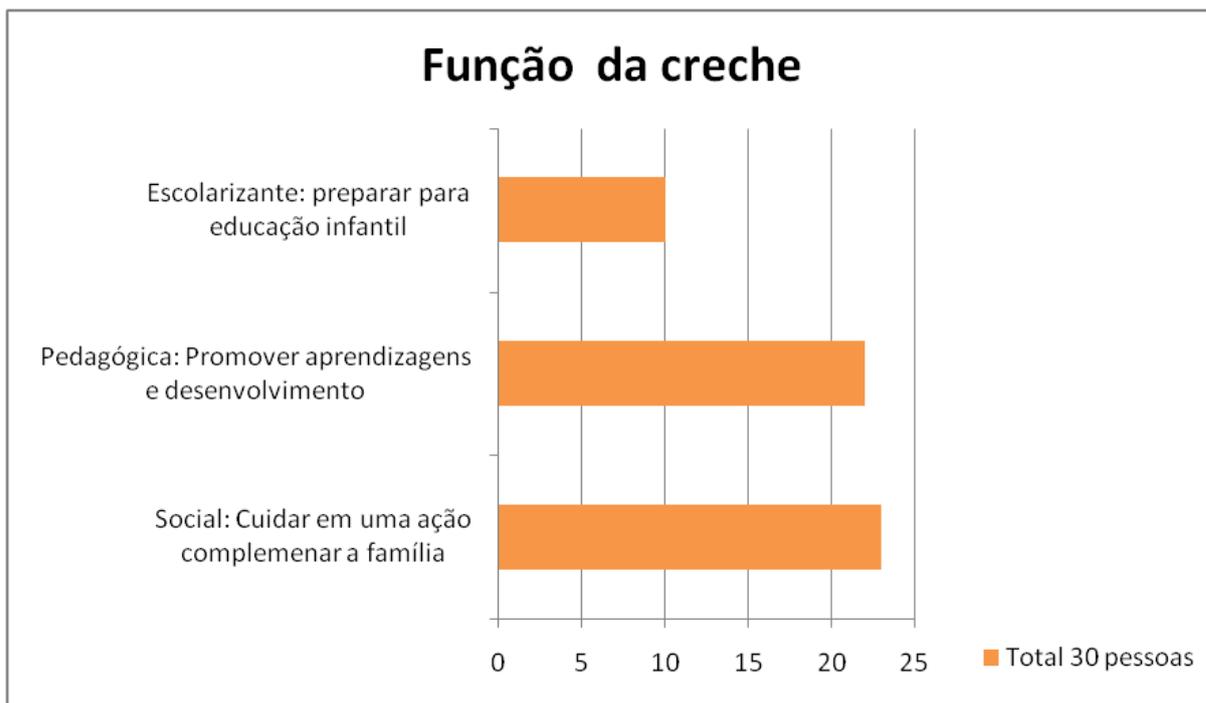
A) Social: cuidar em uma ação complementar à família; na qual que se refere a um agrupamento de respostas que indica uma ação de guardar as crianças enquanto os adultos saem para o exercício de suas atividades de vida adulta (dizeres sobre cuidar para eu trabalhar, cuidados adequados, alimentação adequada, entre outros);

B) Pedagógica: promover aprendizagens e desenvolvimento; organizada a partir do agrupamento de respostas que indicam o cuidado com a criança, mas também uma preocupação de interação e socialização, promoção de aprendizagens motoras, sociais, de autonomia, regras e rotinas (relacionando a resposta do tipo aprender comer sozinho, andar, falar, interagir, higiene, modos, socialização e desenvolver habilidades como de se vestir, calçar, abotoar, coordenação motora, entre outras), diferente de aprendizagens escolarizantes (relacionadas à aprendizagem de conteúdos escolares como aprender a letras e números para alfabetização);

C) Escolarizante: indicada como a de preparar para educação infantil; organizada a partir de um real entendimento das aprendizagens referidas às temáticas da escola de educação infantil e ensino fundamental, como o de já estar sabendo conteúdos específicos da escola, (relacionada a dizeres sobre alfabetização, escrita de nome, de letras, de alfabeto, dos números, formas geométricas entre outras).

Vale ressaltar que, embora se tenha organizado as respostas dos(as) colaboradores(as) como de três principais funções da creche, elas foram tratadas de forma não excludente, o que permitiu que as contribuições fossem agrupadas em duas ou três desta função, a saber:

Gráfico 04 - Entendimento sobre a função da creche.



Fonte: produzido pela autora com base nos dados levantados nas entrevistas, 2023.

De posse das informações já agrupadas, iniciou-se a análise das informações que aparecem como destaque. De forma coerente com as informações dadas anteriormente, a dita função da creche mais predominante na opinião dos pais é a de cuidados com as crianças em ação complementar à família, seguida de promover aprendizagens e desenvolvimento e preparo para educação infantil.

Conforme apresentado no gráfico, mais de 83% dos entrevistados complementam os dizeres anteriores, não apresentando contradição nas respostas. Os pais expressam como principal função da creche uma ação de cuidar das crianças enquanto os pais trabalham, confirmando os ditos anteriores sobre a creche ser importante principalmente por atender às famílias trabalhadoras, numa ação complementar e assistencial, como evidenciam a primeira e esta segunda categoria.

Esse entendimento reflete a própria história da creche no Brasil, que expandiu com propósito de atender às necessidades de proteção das crianças, filhas de mães trabalhadoras, interpretação essa respondida pelos entrevistados ao serem questionados sobre quais foram os motivos que levaram a matricular seu filho na creche, conforme as falas abaixo:

- Eu optei porque **como trabalho preciso de alguém que cuide**, e lá eles cuidam, alimentam bem, ensinam porque ele já aprendeu bastante coisinhas, então assim: Eu vou **trabalhar despreocupada porque eu sei que ela está sendo bem cuidada**. (Colaborador 2, grifos nossos)

- Primeiro porque **não tenho com quem deixar**, e o lugar mais **seguro é a creche**, ao invés de procurar babá e essas coisas, espero que ela me **ofereça cuidados** a minha criança. (Colaborador 3, grifos nossos)
- Porque é uma rede de confiança do município, que tem **estrutura adequada de alimentação**, de **cuidados**, de ensino para **cuidar** das minhas meninas enquanto eu trabalho. (Colaborador 4, grifos nossos)
- **Porque eu estava grávida** de outra criança e era difícil ficar com minha filha em casa, pois ela não ficava no carrinho queria ficar só no colo e era difícil pra mim, então eu optei por matricular ela na creche pela comodidade, **pra eles cuidar enquanto eu ficava mais tranquila em casa**. (Colaborador 5, grifos nossos)
- Porque **babá tá difícil, não cuida direito**, só faz fazia meu filho dormir, então lá na creche tem uma **rotina, hora pra tudo**, e eu já conheço, pois tive uma filha que foi matriculada lá, e devido ao atendimento lá, apesar que mudou algumas coisas, mas eu gosto muito de lá. Eu espero que a creche seja mais evoluída em questão de aprendizado. (Colaborador 8, grifos nossos)
- Melhor né... e também eu **não tenho custo**, o município oferece, e como eu já trabalhei aqui eu sei como é o tratamento das crianças, que são bem tratadas aqui, **tanto no cuidado como na educação, em relação a higiene**. (Colaborador 18, grifos nossos)
- Por motivo de **nós dois trabalharmos**, infelizmente em Inocência a gente não encontra profissionais e o que encontra **é fora do padrão para pagamento**, então a gente precisou e necessitou para trabalhar. (Colaborador 24, grifos nossos)

Conforme observado, na grande maioria das respostas se percebe que o principal motivo que estimula as famílias a matricular seus filhos na instituição creche é para fins de guarda e proteção associados a: poder ir trabalhar; não ter condições financeiras; não ter pessoas de confiança ou babá; fatos relacionados ao cuidado oferecido, ficando evidente que todas as respostas estão relacionadas à condição da mãe trabalhadora, sem desconsiderar também as outras funções da instituição.

Quando perguntados sobre qual é a função/tarefas dos profissionais da creche, obteve-se como respostas:

- Dar **atenção, acolhimento, carinho**, porque eu não tenho tempo para estar com ela o tempo inteiro, só a noite quando chego em casa, e é hora de fazer as coisas e ir dormir, então a **função** deles é dar **acolhimento, carinho**, ensino, isso é muito mais. (Colaborador 3, grifos nossos)
- **Cuidar bem das crianças**, cuidar, tratar bem, **da comida**, essas coisas... (Colaborador 16, grifos nossos)
- Olha... passa a ser pais, pega **amor**, pega **afeto**, realmente são o dia a dia deles, passam a maior parte do tempo com nossos filhos do que nós mesmos, então pega amor mesmo, e a tarefa é **amar, cuidar, proteger**, dar **carinho, da atenção**, porque é uma criança que tá aprendendo a ter noção de vida e de socialização, então eles se apegam muito, e é prazeroso quando eles chegam falando do professor, do educador, na verdade da tia nem e isso é bem gostoso, sinal que é **bem cuidado lá**.(Colaborador 26, grifos nossos)
- Toma conta das crianças, e **cuidar delas**, não como se fosse a mãe, mas tentar o máximo pra dar atenção, claro que tem muita criança e não dá pra ficar com criança no colo, mas dá atenção. (Colaborador 17, grifos nossos)

- Tratar elas com **carinho**, com **atenção**, saciar as necessidades delas, tanto **alimentar** quanto de **carinho** nem, porque uma criança tem que ser tratada com carinho, **não pode ser agredida** com palavras nem com ações, o que eu espero dos profissionais é que tratem minhas filhas com **carinho** e **cuidado**. (Colaborador 4, grifos nossos)
- **Cuidar**, dar **educação**... ááta bom. (Colaborador 5, grifos nossos)
- E o **Cuidados**, é... ajuda as crianças a interagir ensinar, as pequenas coisas, tipo cores, formatos, é... como tratar as outras crianças, a compartilhar. (Colaborador 7, grifos nossos)

Em grifos nossos, é possível identificar a relação que os envolvidos têm ao se referirem como é e como deve ser a função da creche, pautada principalmente nos cuidados. Nesta análise, destaca-se um entendimento segundo o senso comum, visando a creche principalmente por suprir as necessidades de sobrevivência infantil, relacionada à questão do zelo, proteção, afeto, bem como necessidades básicas do tipo complementar.

Fica evidente como expressam ser um lugar para deixar os filhos onde as necessidades básicas de alimentação, trocas, banho e cuidados com higiene e saúde são vivenciadas rotineiramente como prioridade:

- Cuidar, além de **cuidados pessoais**, ensinar a **higiene pessoal**, como se portar e socializar, o **respeito**, além dos **ensinamentos do dia a dia**. (Colaborador 27, grifos nossos)
- **Cuidar e ensinar**, tipo um bom **cuidado**, tá **limpinha, barriguinha cheia**, então essa é a função dos profissionais. (grifos nossos)
- As **necessidades básicas** principalmente a parte do **cuidado** das necessidades básicas das crianças e da **alimentação, sono** e tudo só, mas como aqui é um centro educacional tem a questão do aprendizado também, mas a principal é as necessidades básicas da criança que é a **higiene, limpeza** coisa nesse sentido, **alimentação, soninho de horário coisas simples** de criança. (Colaborador 24, grifos nossos)
- Primeiro lugar acho que o **cuidado**, o de **carinho, atenção**, dá **banho, alimentação** tudo isso, e o ensina, pois eles brincam, aprende né. (Colaborador 22, grifos nossos)

Nota-se que essa segunda categoria de análise apresenta respostas que não diferem da primeira e ainda reforça os dizeres anteriores de uma percepção assistencialista. De forma complementar, tem-se a afirmação de Oliveira (2002) sobre uma visão da creche por parte da sociedade como um refúgio assistencial ou de educação compensatória para a população infantil carente, fato recorrente de “raízes de momentos históricos diversos”.

Embora sejam efervescentes as discussões sobre a articulação entre cuidar e educar na creche no decorrer dos anos, por diversos autores (Kuhlmann Jr, 2000; Cerisara, 2002; Oliveira 2002; Hoffmann, 2003; Kramer, 2005; Rosemberg, 2009; Guimarães, 2011) e pela legislação (Brasil 1996, 2017), muitos pais, professores, gestores entendem estas ações como

separadas, como algo mecânico, que pode ser inclusive dividido em tarefas para distintos profissionais.

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. A base do conhecimento humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. [...] O desenvolvimento integral depende tanto de cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados (Brasil, 1998, p. 24).

Reafirma-se que é preciso ter clareza de que na creche todo o cuidado é educativo, “[...] tendo em vista que não é possível educar sem cuidar, não só no contexto do trabalho com as crianças pequenas, mas em qualquer espaço de formação humana” (Guimarães, 2011, p. 48). De características pedagógicas, as ações de cuidado são amplas, sejam elas relacionadas à saúde, alimentação, higiene, entre outras, pois são geradoras de conhecimento e desenvolvimento, portanto, na creche, todas as ações de cuidar e educar são inseparáveis e essenciais.

À medida que tiramos o cuidado de uma dimensão instrumental, de disciplinarização e controle sobre os corpos (na creche isso significa, por exemplo, dar banho, alimentar, como exigências técnicas e rotineiras somente), para colocá-lo na esfera da existencialidade, ele contribui na concepção de educação como encontro da criança com o adulto, num sentido de diálogo, abertura e experiência compartilhada. (Guimarães, 2011, p. 48)

Destaca-se o que Rosemberg (1995) apontava que não se concebe mais a creche apenas como lugar de guarda; sua nova identidade é organizada para ser lugar de sujeitos de direitos — as crianças, que deve pautar suas ações no cuidado e educação por meio das experiências coletivas organizadas com a supervisão e atenção de profissionais habilitados, proporcionando experiências diversas que favoreçam o seu desenvolvimento independentemente de sua origem social, econômica, religiosa e outras.

Essa identidade educativa da creche apontada Rosemberg (1995) é percebida por parte dos entrevistados como apresenta o segundo dado do gráfico anterior. Esse segundo entendimento mais indicado por eles apresenta um agrupamento de respostas que, embora não tenham sido explícitas em sua indicação, permitem inferências:

- A função deles lá é **da aprendizagem**, o início, o inicial mesmo, **a educação** vem da minha casa, eles não têm o dever de dar educação, o que eu vejo como dever da professora e das pajens é o cuidar para eu trabalhar, eles não têm a obrigação de educar meu filho, no entanto que eu coloquei meio período por

questão de **socialização**, de **interagir com novos colegas** e estar ali com outras crianças, é isso! (Colaborador 1, grifos nossos)

- Eu acho que professor e pajem é uma coisa só, porque tem pajem que fica mais tempo com as crianças e **ensina** mais, não o didático, o **plano educacional**, mas ensina mais as crianças do que os professores, tem mais **convívio**, eu acho!, então a **função é ensinar a desenvolver**, ter um didática é isso. Esses dias **minha filha viu a letrinha A** e ela falou que é uma vogal, me contou que **aprendeu as vogais**, e falou todas, e eu acho que é isso. (Colaborador 6, grifos nossos)

- Aaaaah .... assim... a função ali é **cuidar e educar**, ajudar a gente a disciplinar, ajuda que elas **sejam mais sociais** umas com as outras, é... que elas consigam ali fazer com que **interagir com outras crianças**, eu acho assim. (Colaborador 14, grifos nossos)

- Professor vai ensinar didática nem, **desenvolvimento da crianças motor**, vai ensinar sobre a parte **pedagógica** e as monitoras vão ficar para auxiliar essas professoras ao dar banho, em **ensinar ir ao banheiro, em relação aos cuidados**, pras professoras o aprendizado e para as monitoras o cuidado, mas nada impede que as duas fazem as mesma coisas, pois quem tá na sala de aula pode fazer as duas coisas. (Colaborador 20, grifos nossos)

Apesar das respostas trazerem um entendimento parcial, há uma notável compreensão dos entrevistados sobre a creche como educativa, ao indicarem em suas respostas que as crianças vivenciam situações que promovem o aprendizado e o desenvolvimento:

- O que ela oferece, pois a gente vê **as atividades que as crianças faz** lá, minha criança está **aprendendo as cores**, ela tá bem **sabida**, ta falando bem já. Minha outra filha teve que levar na fono pra aprender falar e esta que **está na creche já fala de tudo**. Aprendeu a andar, porque ela não andava, ela **aprendeu lá na creche** com as meninas que trabalham lá, **elas que ensinaram minha filha**. (Colaborador 5, grifos nossos)

Ainda que a colaboradora não verbalize qual seja a função social da creche, é possível perceber que ela a percebe como promotora de aprendizagem e de desenvolvimento, compartilhando os avanços percebidos na sua criança. Mesmo que de forma inconsciente, ela nos remete a um entendimento de que essas instituições desempenham ações pedagógicas muito importantes e que favorecem o desenvolvimento da criança, momento em que relata a promoção vista na filha em relação à coordenação motora e à percepção das cores.

O período de vida da criança atendido pela Educação Infantil caracteriza-se por **aprendizagens** muito importantes, como a **marcha e a fala**. Além disso, formam-se a imaginação e as capacidades de fazer de conta e de representar por meio de várias linguagens. Nesse período, as experiências são decisivas e seu conhecimento desenvolve-se mais do que em qualquer outra etapa da vida (Brasil, 2006, p.13, grifos nossos).

Correlacionando os dizeres desta colaboradora com o dos documentos, percebe-se que ambos enfatizam os ganhos obtidos pela criança em relação ao seu desenvolvimento em consequência das atividades trabalhadas nessa etapa educacional — a creche.

Outro dado que chama atenção é o fato do entrevistado relacionar a função da creche com uma prática pedagógica que acontece nas instituições de educação.

- Primeiro educar, educar não! **Passar o conhecimento**, até porque quando eles **fazem o planejamento** eles conseguem **levar o conhecimento** e conseguir que **todos os alunos possam aprender**, nem que seja uma cor. Por exemplo, vou ensinar uma cor, aí eles levam um desenho, as roupas ou uma brincadeira que vai aprender as cores, assim eles usam **várias metodologias** para poder **ensinar a alcançar o que eles querem**. (Colaborador 11, grifos nossos)

Ao se referir passar conhecimento, planejamento e metodologia, entende-se que ele percebe nas ações da creche uma função de escola. Nas contribuições do colaborar ao trazer o exemplo objetivando ensinar uma cor, com entendimento de que o educador possa usar de várias metodologias como um desenho, uma roupa, uma brincadeira, é perceptível que ele entende que a função da creche é apresentar o mundo e, nesse caso, o das cores.

No seu discurso, nota-se uma percepção correta de metodologia que acontece nessas instituições, momento que exemplifica o recurso lúdico, pensados com intencionalidade propiciando experiências concretas para alcançar aquele determinado objetivo que visa o aprendizado.

Sabe-se que o planejamento não é algo destinado apenas à escola, mas em todos os aspectos da nossa vida, entretanto, é possível notar que o colaborador expressa um planejamento com intuito de levar conhecimento, e que de forma acertada é o que deve ocorrer nas instituições de educação infantil. Segundo Barbosa (2009), ao planejar, o professor organiza situações de aprendizagens para os discentes.

Essa função educativa que promove aprendizagens através de recursos lúdicos, da socialização, das brincadeiras, difere da indicada na terceira função, que está relacionada a ações escolarizantes, principalmente relacionadas às práticas como em preparar para educação infantil e até mesmo para alfabetização, a saber:

- A função deles é **ajudar na escolaridade**, tipo **ABC**, é assim... o estudo, porque educação tem que vir de casa, apesar de muitos **professores educar** as crianças porque não vem de dentro de casa, mas a função deles lá é ensinar o **estudo para criança**. (Colaborador 9, grifos nossos)

- A creche não tem função de educar e **sim ensinar**, de demonstrar os caminhos que ela pode ir e seguir, tipo assim os ensinamentos que ela vai conhecer que em casa ela não tem, a gente chega em casa na correria dá aquela atenção, mas não tem tempo de sentar de **mostrar essa letra** aqui, esse **número** aqui igual a **creche tem essa função de ensinar** a desenvolver **coordenação**, a **pintar**, conhecer os **números**, as **letrinhas**, por mais que seja **uma coisinha** ou outra que a creche faz guarda na memória dela, elas vão estar sempre interagindo e aprendendo. (Colaborador 10, grifos nossos)

- Eu acredito que a função da creche não é só de cuidar como o de babá, pra cuidar da minha filha pra eu trabalhar, mas sim o **primeiro passo para**

**alfabetização**, pra ela tá desenvolvendo, **conhecendo as letras para alfabetização, não que seja a obrigação da creche a alfabetização, mas** creio que seria **o primeiro passo**. (Colaborador 13, grifos nossos)

- Não educar e **sim ensinar** as crianças. Na maioria das vezes no maternal mesmo a **escrever o próprio nome** para entrar na **escola sabendo** o próprio nome, a sabendo **o abecedário completo, a numeração**. (Colaborador 18, grifos nossos)

- Cuidar bem..., **cuidar e ensinar**, o cuidado relativo a tratar bem e **o ensinar relativo às atividades escolares iniciais**, a dividir, interagir com outros colegas. (Colaborador 21, grifos nossos)

- Eu acho bom, pelo menos os que elas fazem pra mim tá bom. Aaaah passando o outro ano e já **vai pra escola**, se entendeu, se eu pegar ele direto e levar pra **escola**, vai chorar, vai atrapalhar, eu acho assim um ambiente que desde pequenininho ele vai **saber de tipo de letra**, tipo de **desenho** que **pinta, palavras**, tipo **pra ajudar na escola** e no desenvolvimento deles. (Colaborador 22, grifos nossos)

- Há eu acho que é ensina nem... tipo na...conforme o **preparo pra ir para escola**. (Colaborador 28, grifos nossos)

Percebe-se que esta terceira função indicada pelos entrevistados se refere a um entendimento limitado de instituição de educação, esse preparo e adaptação escolar futuros, como o de aprender sobre regras, rotinas e trabalho em equipe, são habilidades adquiridas como consequências das vivências e experiências obtidas nessas instituições, mas não é essa a primeira função.

Em todas as falas, há um entendimento vinculado à ação escolarizante, do tipo “ensinar conteúdo para criança” e esta não se destina a ensinar conteúdos de diferentes áreas e disciplinas com objetivo alfabetizar ou preparar para os anos seguintes, mas sim de proporcionar o desenvolvimento da criança pequena, num universo de socialização de aprendizagens pautadas na curiosidade, investigação e segurança entrelaçadas pelo cuidado e educação (Bujes, 2001).

Trata-se de uma função educativa que proporciona uma imersão de conhecimento sobre o mundo, privilegiando aprendizagens por meio das relações educativas vivenciadas em materiais e repertórios culturais com outras crianças e adultos.

Enquanto a escola se coloca como o espaço privilegiado para o domínio dos conhecimentos básicos, as instituições de educação infantil se põem sobretudo com fins de complementaridade à educação da família. Portanto, enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como objeto fundamental o ensino nas diferentes áreas, através da aula; a creche e a pré-escola tem como objeto as relações es educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 a 6 anos de idade (ou até o momento em que entra na escola) (Rocha, 1999, p. 61, grifos da autora).

As atividades pedagógicas que são desenvolvidas na creche ao invés de escolarizantes, precisam estar relacionadas às vivências e experiência marcada por cada faixa etária, o que ocorre entre zero a três anos, respeitando as diferenças e os ritmos de desenvolvimento de cada

criança. Para tanto, de acordo com o ECA (1990), são características da creche, função e objetivos o cuidar e educar de forma integrada, sem escolarizar a criança pequena.

Nas palavras do MEC, a educação da criança de 0 a 6 anos abrange os seguintes objetivos: favorecer o desenvolvimento infantil nos aspectos físico, motor, emocional, social e intelectual; promover a ampliação das experiências e dos conhecimentos infantis, estimulando o interesse da criança pelo processo de transformação da natureza e pela dinâmica da vida social; e contribuir para que sua interação e convivência, sejam produtivas e marcadas pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito. (Engelmam, 1998, p. 2).

Assim, os textos legais pregam que a creche é direito da criança, elemento que não aparece nas respostas de nenhum dos entrevistados, neste caso específico, pode ser que alguns deles saibam desse direito, mas não houve manifestação em relação a ele; isso corrobora com o que já foi apontado de forma geral por Silvia e Ribeiro (2018), de que se tem um desconhecido entendimento que a creche é direito da criança por parte dos adultos, mesmo que já tenha sido assegurado na legislação brasileira desde 1988.

Para Nascimento (2010), a instituição creche foi criada no Brasil assumindo um importante papel de assistência às famílias, com foco contrário à educação, pois embora as crianças fossem o objeto dessas instituições, o foco de atendimento por parte dos adultos não especializados era apenas por dispor de condições de oferecer alimentação, higiene e descanso.

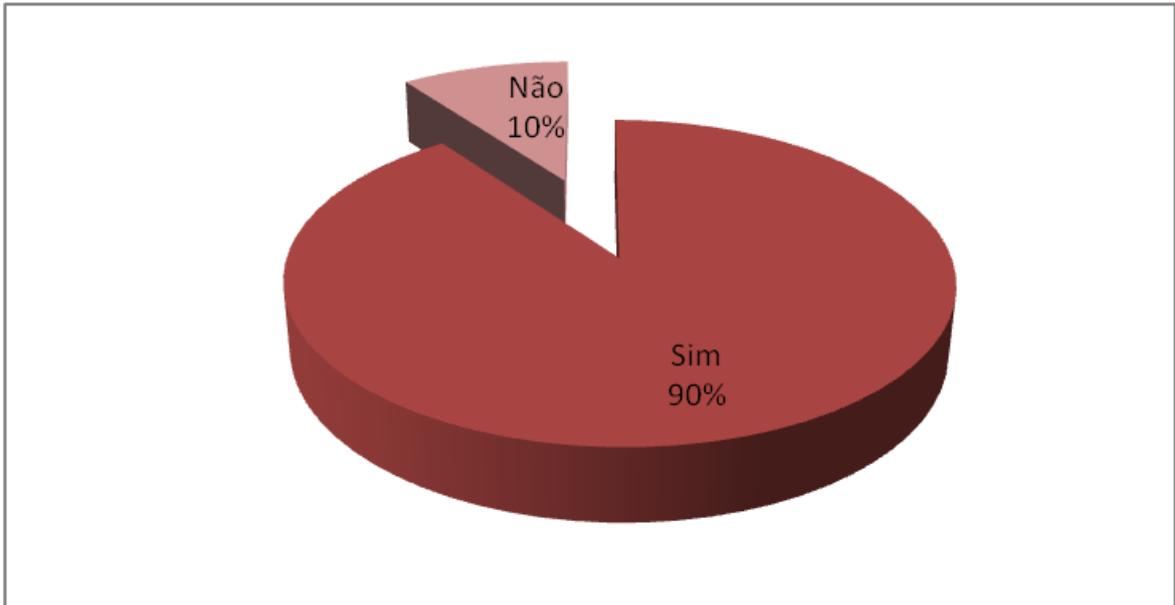
O reconhecimento da creche seja importante primeiramente para a criança que estaria envolvida em um processo educativo é um entendimento muito recente, fato esse que pode explicar as falas dos entrevistados expressas anteriormente.

Diante disso, compreende-se que possa haver uma ausência de conhecimento do fato da criança ser detentora do direito à educação de zero aos três anos. Por outro lado, é válido e necessário buscar formas que ampliem o conhecimento desse direito a mais pessoas, buscando assegurar às crianças os seus direitos

### **5.2.2.3 Grau de satisfação com o atendimento da creche**

Para evidenciar o grau de satisfação a respeito do atendimento oferecido pela creche, questionou-se os colaboradores do estudo se o trabalho oferecido por essa instituição é o que eles esperam, obtendo as seguintes respostas:

Gráfico 05 - Satisfação com o trabalho da creche.



Fonte: produzido pela autora com base nos dados levantados nas entrevistas, 2023.

Como viu-se, a maioria das respostas evidencia satisfação com o trabalho oferecido pela instituição, o que leva a pensar sobre os motivos para estarem satisfeitos. Questionados sobre isso, as falas se referem principalmente a:

Imagem 06 - Razões para a satisfação com o trabalho da creche.



Fonte: produzida pela autora com base nos dados levantados nas entrevistas, 2023.

Os dados trazidos na imagem evidenciam e reforçam o que já apontado em respostas anteriores: o que marca o atendimento da creche é o cuidado que ela oferece às crianças; os

responsáveis revelaram estarem satisfeitos principalmente pelo cuidado relacionado à guarda, embora apareça, com frequência mínima, a indicação de valoração de outros aspectos como aprendizagens, desenvolvimento, socialização, brincar, como também comentado nas outras categorias.

Ainda que os dados sejam positivos, nas respostas apareceram também algumas sugestões de alteração na dinâmica da creche, tais como o aumento da carga horária de funcionamento, reivindicado justamente para atender à demanda das famílias que continuam trabalhando no período de férias escolares.

- É, é que eu espero, hoje sim. Mas eu acho que a creche **deveria funcionar nas férias**, porque nem todos os pais têm férias nem, eles continuam trabalhando nos períodos de férias, e o único ponto é esse, que estas instituições não ser creche de verdade, por ser centro educacional elas fecham nas férias e os **pais que trabalham que não tem férias** como escolares acabam sendo **prejudicados pois não tem onde deixar seus filhos** para poder trabalhar, é o único ponto da creche que eu falo hoje que eu não concordo. (Colaborador 04, grifos nossos)

- Acho que hoje pela realidade do nosso município sim, mas acredito que tinha que **ter mais opções** para os pais, **aumentar a jornada de trabalho, penso muito nesses pais que não tem férias como os professores** e o que eles fazem quando têm uma **jornada de trabalho diferente da escola**, pensando nos funcionários também teria que ter uma escala, para não sobrecarregar eles também. (Colaborador 26, grifos nossos)

Ao mesmo tempo em que os participantes responderam estar satisfeitos com o trabalho da creche, eles trazem informações que fortalecem os apontamentos de que ela tem função assistencialista, de guardar as crianças enquanto as famílias trabalham. Num primeiro momento, as sugestões dos pais têm foco prioritário em suas necessidades, sem considerar a criança que frequenta a creche.

Os dados apontam que todos os(as) colaboradores(as), mesmo os(as) supostamente mais esclarecidos(as), em nenhuma categoria, comentam algo sobre os direitos legais relativos à educação das crianças antes da escolarização obrigatória, o que faz pensar que eles desconhecem os direitos das crianças. As respostas indicam ainda os resquícios do preconceito histórico sobre o serviço público de atendimento as que compartilham a educação das crianças nos primeiros anos de vida enquanto os pais trabalham.

Confrontando essa reflexão com o aumento na demanda em relação às vagas na creche municipal, o que ocorre com mais frequência pelo fato da cidade estar em pleno desenvolvimento, com o custo de vida muito elevado e mão de obra (babá) quase escassa. Pode-se inferir que muitos(as) colaboradores(as) temem perder a vaga na instituição, o que pode dificultar o desenvolvimento de suas atividades de trabalho.

As respostas a respeito se há alguma coisa que a instituição devia fazer para as crianças remetem a pensar que os(as) colaboradores(as) veem o aumento da demanda e entendem que precisa ser feito algo. Sugerem aumentar espaços, ter mais profissionais, aprimorar as capacitações e assistir melhor as crianças, o que infere que a instituição está superlotada como aponta o colaborador 25.

- Olha, olhando assim não, pelo menos aqui tem muita coisa diferente, não sei se as outras é desse mesmo modo, mas eu acho assim tem muitas atividades diferentes, muitas coisas diferentes que eu não sei se tem que mudar, apesar que eu acho que deveria mudar não é os profissionais, **mais o prédio aumentar... tem mais espaços pras crianças** mesmo. (Colaborador 15, grifos nossos)

- Eu falo na questão de **ter mais profissionais para as crianças**, numa sala com 12 crianças deveria ter mais, pra **assistir melhor**. (Colaborador 16, grifos nossos)

- Então eu penso um pouco em falta de comunicação, saber mais do meu filho, e a parte de cuidar, **são superlotadas**, tinha que **abrir mais salas e contratar mais pessoas** para isso, tipo um **espaço mais ampliado**, outra coisa que vejo é a **falta de capacitação das pessoas** que fazem os cuidados, alguns cuida muito bem e outras não cuida nem do próprio filho em casa e esse é um problema. (Colaborador 25, grifos nossos).

Conforme comentado, com a chegada da empresa Arauco (fábrica de celulose), o município recebeu e continua recebendo muitas famílias (com estimativa de chegar mais) e todos setores públicos sentiram os impactos, neste caso, na creche, os pais começam a ter ciência de que a instituição não conseguirá atender todas as famílias que a procurarem, e se contentar com o atendimento oferecido é uma forma de garantir a vaga.

As reflexões até aqui traçadas permitiram identificar o entendimento por parte dos(as) colaboradores(as) sobre a função social da creche; ainda que se tenha ouvido apenas uma amostra deles. As discussões apresentam em todo corpo da análise uma forte relação da creche ser importante para as famílias e com algumas considerações relacionadas a aprendizagens e desenvolvimento da criança sem considerá-la como sujeito de direito.

A participação da família dentro da creche é uma forma de apresentar a eles o quanto alargada é sua função social, neste caso específico, é preciso complementar práticas e estratégias que visam ampliar o entendimento sobre a função da creche.

A junção entre as contribuições dos envolvidos com o cotidiano da creche do município de Inocência-MS com análise de alguns documentos legais da educação infantil auxilia numa conclusão de como é entendida a função social da creche pelos envolvidos com ela e ainda permite fazer uma relação de como estão postas essas funções nos documentos legais que norteiam a Educação Infantil. Na próxima seção, serão apresentados os próximos passos deste processo de pesquisa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegado o momento de tecer as considerações finais, é importante retomar o objetivo geral desta pesquisa, que foi o de compreender a função social da creche no entendimento das pessoas diretamente envolvidas com sua ação (pais, mães ou responsáveis) no município de Inocência-MS. Para tanto, a pesquisa de campo possibilitou coletar dados nos documentos da creche “Vó Nona” e encontrar desde o histórico de criação da instituição até o documento mais recente que é o projeto político pedagógico, já comentado na seção anterior. Como apontado nos documentos, a creche em questão surge para atender à necessidade das mães trabalhadoras, demanda que ainda está prevista para ser atendida no seu PPP, pois o horário de funcionamento foi elaborado e pensado para atender às necessidades das famílias que precisam se dirigir ao trabalho.

A busca a campo também permitiu atingir o objetivo específico de conhecer o perfil socioeconômico da comunidade atendida. Os dados do ano de 2023 indicaram que a maior parte dos responsáveis pelas crianças matriculadas na creche com escolaridade tem Ensino Médio e Superior Completo, bem como predomina entre eles ocupações trabalhistas fora do ambiente doméstico (comércio, órgãos públicos, zona rural, dentre outros), apenas uma minoria não trabalha fora de casa.

Além dos perfis dos colaboradores da pesquisa, a investigação trouxe o perfil do corpo docente da instituição que atende às crianças do município, tendo os profissionais, em sua totalidade, formação superior em Pedagogia, e a maioria com pós-graduação. No que diz respeito ao tempo de atuação, alguns professores possuem mais de 12 anos de vínculo com a instituição e a minoria com atuação recente na profissão.

Sobre o outro objetivo específico: conhecer o entendimento dos pais e/ou responsáveis sobre qual o trabalho a ser oferecido da creche, tem-se como apontamentos dos(as) colaboradores do estudo que boa parte deles(as) (76%) tem um entendimento de que o trabalho da creche é o de, principalmente, cuidados para com as crianças, no sentido de guardá-las enquanto os adultos saem para trabalhar, o que representa um número significativo da amostragem com uma percepção de que o essencial é somente uma parte do que de fato é função social da creche, já que as ações esperadas e anunciadas nos documentos legais vão muito além de apenas cuidar com fins assistencialistas, pois se espera que as instituições sejam capazes de efetivar em suas práticas o trinômio cuidar-educar-brincar.

Com relação ao objetivo específico: verificar como os(as) responsáveis avaliam o trabalho da creche, os dados revelaram que a maior parte deles(as) está satisfeita com ele, mas também aparecem sugestões, tais como: aumentar o número de vagas e o horário de funcionamento da instituição, apontamentos que parecem ter como intuito atender mais o interesse das famílias trabalhadoras e menos as crianças, as quais deveriam ser as primeiras privilegiadas em seu direito de estar numa instituição educativa.

De forma geral, reafirma-se que as respostas dos participantes, não apresentam uma compreensão equivocada, mas sim um entendimento parcial sobre a função da creche, uma vez que ela não se limita apenas em cuidar das crianças enquanto os pais trabalham como também pedagógica com o objetivo de promover aprendizagens e desenvolvimento, além de outras, sendo, portanto, a função da instituição mais ampla.

Caracterizada como espaço educativo, a creche além de cuidar, algo necessário e imprescindível para as crianças pequenas, educa e desempenha um papel crucial no desenvolvimento infantil; inclui-se o brincar, também essencial para aprendizagens múltiplas e desenvolvimento da criança, além de favorecer ricas interações às crianças viabilizando o compartilhar, colaborar e comunicar seus diferentes saberes e necessidades.

Destaca-se que em toda amostragem essa função foi expressa por apenas um responsável, que apresentou uma compreensão mais alargada da função da creche, o que leva ao último objetivo específico: refletir sobre os possíveis direcionamentos que oportunizem a comunidade em geral a compreender a atual função social da creche e, conseqüentemente, desenvolver de forma produtiva e satisfatória sua função. Também foi possível discutir a creche como instituição de grande relevância para todos envolvidos pais, responsáveis e principalmente as crianças.

Os dados ainda mostram a necessidade de ampliar o entendimento das pessoas do município (envolvidas diretamente com a creche ou não) sobre a quem se destina a creche e qual sua função. Acredita-se que cabe ao poder público ser o primeiro a reconhecê-la como parte da primeira etapa da educação básica, logo, um direito de todos, sem distinção ou critério de seleção do público a ser atendido.

Percebe-se também a necessidade de despertar o entendimento de que as crianças são sujeitos de direitos, portanto cidadãs, fato esse não mencionado por nenhum colaborador. Sobre ele, reitero que eu, mesmo sendo professora, mãe e agora pesquisadora, também não tinha essa compreensão antes de realizar esse estudo, pois por muitas vezes não permitia que nem mesmo meus filhos participassem de algumas situações, falassem, comessem ou se vestissem conforme

seus desejos. Eu até mesmo os engessava conforme os ditos moldes e padrões estabelecidos para as crianças.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, os encontros e diálogos com a orientadora despertaram em mim um entendimento de atitudes que eu fazia sem pensar, que não respeitavam as minhas crianças (filhos) como pessoas de direito. Foi necessário reconstruir alguns conhecimentos e entendimentos sobre o que é ser criança, não pautados na que já fui; vivida em outra época, em condições diferentes das atuais, com recebimento de educação afetiva e também autoritária. Essas marcas ficaram em minha formação e levadas para vida adulta. Já como pesquisadora, tive a oportunidade de vivenciar e experienciar formas de reconhecer a criança como pessoa e retornar a elas com outros olhos.

Hoje consigo compreender que a criança é única, com opiniões próprias, com capacidade de escolhas e decisões das coisas as quais ela conhece e vivencia, e já é um indivíduo que merece o mesmo valor, respeito e atenção como quaisquer outros. Além disso, penso que consigo perceber como fazer esta compreensão ser colocada em prática no cotidiano de casa e também da escola. Assim, estou certa de que essa caminhada me trouxe contribuições para vida tanto profissional quanto pessoal, permitindo que eu garanta aos meus filhos serem respeitados como sujeitos de direitos e também os filhos de outras famílias.

Como professora de educação infantil, mesmo sendo um cargo que não ocupo no momento, me foi possível construir novos entendimentos e o principal deles é o de que a nossa função como profissional da creche é garantir como prioridade o direito e o dever na infância, o que nos remete a valorizar a criança como sujeito social.

Também é importante deixar claro que a socialização possibilitada pela creche é muito mais do que conviver e se relacionar com outras pessoas, é conviver com outras culturas, saberes, é vivenciar outras experiências de diferentes áreas do conhecimento, o que difere daquelas que se tem no ambiente familiar.

Esse estudo possibilitou uma compreensão de que ter consciência e garantir os direitos da criança como cidadã ainda é um desafio para nós enquanto sociedade, uma vez que somos frutos de um movimento historicamente marcado pelo direito do sujeito adulto e desconsidera totalmente o papel social da criança.

Penso que essas compreensões atendem ao propósito da realização da pesquisa concluída, mas também me fazem pensar em outras questões, principalmente em relação à criança ser sujeito de direitos, como: como os diferentes atores da creche -professores(as) e diretor(a) - entendem o direito da criança? O caderno “Critérios para Atendimento em Creche que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças” é conhecido e usado pelos professores,

coordenadores e gestores do município? As práticas pedagógicas da creche estão levando em consideração as especificidades das crianças que estão chegando de outras cidades com outros modos e culturas diferentes das nossas? Estas são algumas das muitas perguntas que tenho me feito.

Para finalizar, a pesquisa permitiu dar visibilidade à necessidade de expandir o entendimento sobre a função da creche não só no meu município. Diante disso, reforço o alerta de que é necessário reconhecer principalmente a criança como a primeira a ser privilegiada pela creche, pois é seu direito estar nessa instituição, local que têm maior potencial de garantir os seus direitos.

## **7 REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, M. A. L. Os sentidos da sensibilidade e sua fruição no fenômeno do educar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 199-222, 2009.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

AZEVEDO, N. C. S.; BETTI, M. Escola de tempo integral e ludicidade: os pontos de vista de alunos do 1º ano do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 240, p. 255-275, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto-lei no 5.480**, de 13 de maio de 1943.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto-lei no 211**, de 7 de janeiro de 1948. Consolidação das Leis do Trabalho, 1º de maio de 1943

BRASIL. **Crerios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. Lei n. 9.394/96. Brasília, 1996.

CARVALHO, M.I.C; RUBIANO, M.R.B. Organização do espaço em instituições pré-escolares. In: OLIVEIRA, Z.M.R. **Educação infantil: muitos olhares**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 116-142.

CERISARA, A B. Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 11-21, jul./dez. 1999. Edição especial.

CERISARA, A. B. A produção acadêmica na área da educação infantil a partir da análise de pareceres sobre o referencial curricular nacional da educação infantil: primeiras aproximações. In: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (org.). **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados, 1999. p.19-49.

FARIA, A.L.G. de; PALHARES, M.S. **Educação infantil pós LDB: rumos e desafios**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

FRANCO, M. A. C. Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças “carentes” de 0 a 6 anos de idade: 1984. In: ROSEMBERG, F. (org.). **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 179-215.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alinea, 2001.

HAMZE, A. As diversas linguagens da criança. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/as-diversas-linguagens-da-crianca.htm>>. Acesso em: 17 de abril de 2017.

HORN, C. I. et. al. **Pedagogia do brincar**. Porto Alegre: Medição, 2014.

KISHIMOTO, T. M. Política de formação profissional para a educação infantil: pedagogia e normal superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 61-79, dez. 1999.

KRAMER, S. **A política do Pré-Escolar no Brasil: a arte disfarce**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KRAMER, S. **A Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Medição, 2007.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Medição, 1998.

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Z. M. R. **O trabalho do professor na educação infantil**. São Paulo: Biruta, 2012.

OLIVEIRA, Z M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 51, p. 73-79, nov. 1984.

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p

ROSEMBERG, F. O Movimento de mulheres e a abertura política no Brasil. In: ROSEMBERG, F. (org.). **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989.

SARMENTO, M. J. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceituais. **Revista O Social em Questão**. Revista da PUC-Rio de Janeiro, XX, n. 21, p. 15-30, 2009. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v10n21a02.pdf>

SERQUEIRA, T.C. S.; SOUSA, E.M. Escuta Sensível: O que é? (Escuta sensível em diferentes contextos laborais). In: **(Con)textos em escuta sensível**. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 15-30

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987

## APÊNDICES

## APENDICE 1 – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM PAIS/RESPONSÁVEL

Data da entrevista:

Nome do Entrevistador:

Tipo de entrevista:

Hora de início e de término:

Duração:

Qual sua idade?

Escolarização?

Sua casa tem quantos adultos e todos eles trabalham? Qual a jornada de trabalho?

Você tem quantas crianças atendidas pela creche?

1) Quantos anos tem a criança atendida e desde quando frequenta a creche?

2) Por que você optou por matricular seu filho na creche, o que você espera que ela ofereça para as crianças?

3) Se você tivesse uma outra opção, optaria por manter seu filho na creche? Por que?

4) Na sua opinião, a creche é importante para a sociedade? Por que e para que?

5) O trabalho que a creche oferece é o que você espera? Por que?

6) Qual você acha que é a função das profissionais da creche? Tem alguma coisa que você acha que ela devia fazer para as crianças e não fazem?

**ANEXOS**



## SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA

Prezada Senhora Secretária Municipal de Educação de Inocência-MS  
**Cleumair dos Santos Freitas Almeida**

Eu, AMANDA CASSIA PEREIRA FROTA GARCIA, acadêmica regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação da UFMS, campus de Três Lagoas solicito autorização para realização de minha pesquisa que tem como título provisório: "A Creche do Município de Inocência/MS: Atuação e Função Social", orientada pela Professora Doutora Sílvia Adriana Rodrigues.

O Objetivo Geral da pesquisa é: Compreender qual entendimento que a população de Inocência tem sobre a função social da creche. Os objetivos específicos são: Conhecer o perfil socioeconômico da comunidade atendida; Conhecer o perfil socioeconômico e a formação dos profissionais que trabalham na creche; Verificar como os professores organizam as atividades cotidianas e ainda como e por que organizam dessa forma e Refletir sobre os possíveis direcionamentos que oportunizem a comunidade em geral compreender a real função social da creche, e consequentemente a mesma desenvolver de forma produtiva e satisfatória sua função.

A coleta de dados será feita por meio de pesquisa a campo que envolverá análise de documentos e entrevista com os diferentes atores da creche.

Saliento que a presente atividade é requisito para a conclusão do Curso de **Mestrado em Educação** – pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, e que as informações são necessárias para o bom andamento da pesquisa e é de suma importância para atender a dimensão ética de uma investigação científica a aprovação de sua realização pelo responsável pela Secretaria Municipal de Educação.

Agradeço a atenção e me coloco ao inteiro dispor para melhores esclarecimentos.

Inocência-MS, 15 de fevereiro de 2023.

Deferido      ( ) Com anonimato      ( ) Sem anonimato      ( ) Indeferido

  
Cleumair Santos Freitas Almeida  
Secretaria Municipal de Educação  
Mat. n. 285 - Portaria nº 004/21

Representante da Secretaria Municipal de Educação  
Assinatura e carimbo

nº 463/2.000

Inocência - MS, 29 de junho de 2000

Criar o Centro de Educação Infantil e da outras providências.

Tanir Leodoro de Freitas, Prefeito Municipal de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte lei.

CONFERE COM O ORIGINAL

m 22 / 04 / 2001

Geisa Oliveira de Souza  
Sec. Municipal de Administração  
Matr. nº 1501 - Port. nº 0172921

Art. 1º - Fica criado o Centro de Educação Infantil.

Art. 2º - Incorpora-se a turma municipal "Vó Nona" - Margarida Tomazina de Paula ao Centro de Educação Infantil.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Galante do Prefeito Municipal,

29 de junho de 2000

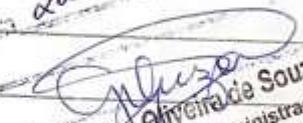
Processo nº 29/035936/2021  
Data 02/07/2021 Fls. 04  
Rubrica 18

  
**Vanir Teodoro de Freitas**  
Prefeito Municipal

Registrado: em livro próprio e publicado por  
afirmação no local de costume na data supra

  
**Elize Carlos dos Santos Castro**  
Secretário de Administração Port. 01/97

CONTAR COM ORIGINAL  
Em 22/07/2021

  
**Geise Oliveira de Souza**  
Sec. Mun. de Administração  
Matr. nº 1307 - Port. nº 01/2021



Prefeitura Municipal  
**Inocência**  
Governo Participativo



Processo nº 291035936/2021  
Data 13/10/2021 Fls 93  
Publicada

Lei nº 957/2016

Inocência MS, 12 de abril de 2016.

**"Dispõe sobre a denominação das unidades escolares pertencentes à Rede Municipal de Educação, e dá outras providências."**

**ANTONIO ÂNGELO GARCIA DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Inocência MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam denominados as unidades escolares pertencentes à Rede Municipal de Educação, conforme tabela abaixo:

UNIDADES ESCOLARES - ATUAL	PASSAM A DENOMINAR
CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL MARGARIDA TOMÁZIA DE PAULA – CRECHE VÓ NONA	CEINF Margarida Tomázia de Paula – Vó Nona
Escola Municipal "Dom Bosco" – Polo e Extensões	Escola Municipal Cirilo Anoenia da Costa

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 955/2015 de 28 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul, aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

**ANTONIO ÂNGELO GARCIA DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Inocência.

**CRISTINA ROBERTA COSTA VASCONCELOS**  
Secretária Municipal de Administração

**CONFERE COM O ORIGINAL**

Em 01 de 10 de 2021

Geise Oliveira de Souza

Sec. Mun. de Administração

Matr. nº 1507 - Port. nº 01/2021





Prefeitura Municipal  
**Inocência**  
Governo Participativo



Processo N.º 29/020979/2015

Data 21/09/2015 Fls. 06

Assinatura

Lei nº921/2015

Inocência MS, 30 de junho de 2015.

"Dispõe sobre a denominação de prédios públicos do Município de Inocência-MS, e dá outras providências."

**ANTONIO ÂNGELO GARCIA DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Inocência MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam denominados os Prédios Públicos especificados nesta Lei, conforme tabela abaixo:

PRÉDIOS	DENOMINAÇÃO
Centro Educacional infantil localizado na Avenida Albertina Garcia Dias	CEINF Margarida Tomázia de Paula – Vó Nona
Escola Municipal localizada na Rodovia MS 316 KM 35	Escola Municipal Cirilo Anoena da Costa

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 487/2001 de 31 de agosto de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul, aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

**ANTONIO ÂNGELO GARCIA DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Inocência.

**CRISTINA ROBERTA COSTA VASCONCELOS**  
Secretária Municipal de Administração

CANCELADO

